



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

SWARA GERMINIANA VIRGINIO BARBOSA

**A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE RUA**

CORUMBÁ/MS
2018

SWARA GERMINIANA VIRGINIO BARBOSA

**A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestrado em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Carmem Adélia Saad Costa.

CORUMBÁ/MS
2018

SWARA GERMINIANA VIRGINIO BARBOSA

**A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestrado em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Carmem Adélia Saad Costa.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Carmem Adélia Saad Costa (Presidente)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Profa. Dra. Ruth Pavan
Universidade Católica Dom Bosco- UCDB

Profa. Dra. Jolise Saad
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Profa. Dra. Mônica de Carvalho Magalhães Kassar
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Suplente

CORUMBÁ/MS
2018

DEDICATÓRIA

Ao meu Deus maravilhoso,
que me presentou com o curso de mestrado,
concedendo-me oportunidades,
bênçãos e anjos humanos
para abrilhantarem, protegerem e
auxiliarem os meus caminhos.
À minha estimada e inesquecível
avó Terezinha (in memoriam), por
todos os momentos de ternura e
educação proporcionados no decorrer de
meu crescimento até o dia de sua partida.
À minha amada e idolatrada genitora,
senhora Dalvaneide, meu suporte,
meu exemplo de vida, meu tudo.
Aos familiares e querido noivo
Eduardo Ferrufino, pelo carinho e
apoio evidenciados a todo instante
A meus colegas e amigos, pelo
incentivo e apoio constantes.
“Mãe, seu cuidado e dedicação deram-me,
em oportunos momentos, a esperança para
seguir firme para alcançar este objetivo”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por permitir que eu tenha uma família maravilhosa e por proporcionar-me muitas surpresas agradáveis e inesquecíveis ao longo desta caminhada, que vem desde minha infância, passa por esta fase em que me encontro universitária, e segue rumo ao desconhecido, que reserva grandes projetos por meio dos quais também sagrar-me-ei vencedora, sempre aprendendo com o maior Mestre de todos, que é **Ele**, pois a cada novo momento vivido um ensinamento é aprendido.

À **minha** guerreira, **mãe** e amiga, senhora **Dalvaneide**, ao meu **amado noivo Eduardo**, e à minha inesquecível **avó Terezinha** (in memoriam), por sempre apoiarem-me física e espiritualmente em todos os momentos nesta cruzada pela toga de Direito.

À minha admirada orientadora **Professora Doutora Carmen Adélia**, por compartilhar seus conhecimentos, por sua confiança e paciência comigo e por fazer parte de minhas conquistas no decorrer da vida acadêmica.

A todos os professores, por proporcionarem-me o conhecimento e pela dedicação nesse processo de formação profissional.

Aos funcionários das instituições **e a todos** que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação.

Muito obrigada!

“(...) o menino assume socialmente a identidade que se espera dele, mas em sua identidade pessoal mantém-se como realmente é (...)”.

RESUMO

O perfil das crianças e dos adolescentes em situação de rua continua sendo uma grande preocupação dos profissionais de saúde, educação e da sociedade de modo geral, já que a condição dessas crianças e adolescentes ainda têm apresentado altas prevalências. Essa inquietação acarreta consequências devastadoras, como violência, gravidez não planejada e a transmissão de doenças por via sexual, endovenosa e uso de substâncias psicoativas (ALMEIDA et al., 2008). Além disso, trabalhar com esse público é avaliar sua situação de vulnerabilidade nos seus aspectos familiares, escolares e sociais. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo conhecer a trajetória das crianças e adolescentes em situação de rua nos aspectos escolares, além de traçar o perfil desses jovens por meio de dados sociodemográficos. Assim, o procedimento metodológico foi uma entrevista semiestruturada contendo quarenta e sete perguntas aplicado a cinco adolescentes entre 12 a 17 anos. A coleta de dados foi realizada nas instituições vinculadas à Prefeitura do município de Corumbá: CREAS Pop; Casa de acolhimento; CAPSi; e também em pontos específicos da cidade onde foram encontrados adolescentes nessas condições. Assim, percebeu-se que embora se tenham políticas públicas voltadas a esse público alvo ainda requer atenção especial a esses jovens.

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Situação de rua.

ABSTRACT

The profile of street children and adolescents continues to be a major concern of health professionals, education and society in general, since the condition of these children and adolescents has still presented high prevalence. This disturbance has devastating consequences, such as violence, unplanned pregnancy and the transmission of diseases through sexual, intravenous and psychoactive substances (ALMEIDA et al., 2008). In addition, working with this audience is to assess their vulnerability in their family, school, and social aspects. Therefore, the present study had as objective to know the trajectory of the children and adolescents in the street situation in the school aspects, in addition to tracing the profile of these young people through sociodemographic data. Thus, the methodological procedure was a semi-structured interview containing forty-seven questions applied to five adolescents between 12 and 17 years old. Data collection was carried out in institutions linked to the Municipality of Corumbá: CREAS Pop; Host house; CAPSi; and also in specific points of the city where adolescents were found in these conditions. Thus, it has been realized that although public policies aimed at this target audience still require special attention to these young people

Keywords: Children. Adolescents. Street situation.

LISTA DE SIGLAS

CAPSi- Centro de Atendimento Psicossocial
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CREAS Pop- Centro de Referência Especializado à População em Situação de Rua
CREIA- Centro de Referência de Estudos da Infância e da Adolescência
ECA- Estatuto da Criança e Adolescente
FEBEN- Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor
IDEST- Instituto de Desenvolvimento Sustentável
LOAS- Lei de Organização de Assistência Social
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONG- Organização Não-Governamental
ONU- Organização das Nações Unidas
SDH- Secretaria de Direitos Humanos
SNPDCA- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SPSS- *Statistical Package for Social Sciences*
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 – Distribuição dos dados sociodemográficos aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017..... | 50 |
| TABELA 2 – Distribuição dos dados referentes à categoria ‘características familiares’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017..... | 52 |
| TABELA 3 – Distribuição dos dados da categoria ‘dados escolares’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017..... | 56 |
| TABELA 4 – Distribuição dos dados da categoria ‘práticas religiosas’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017..... | 57 |
| TABELA 5 – Distribuição dos dados referentes à categoria ‘eventos estressantes no ambiente familiar’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017..... | 58 |
| TABELA 6 – Distribuição dos dados referentes à ‘situação de rua e ou vulnerabilidade’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017..... | 60 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO | 18 |
| 1.1. Adolescência..... | 18 |
| 1.2 Família..... | 19 |
| 1.3 Educação..... | 22 |
| 2. CONTEXTO HISTÓRICO | 23 |
| 2.1 Aspectos históricos de crianças e adolescentes no Brasil | 23 |
| 2.2 Direitos humanos de crianças e adolescentes: uma luta pela proteção de seus direitos..... | 27 |
| 2.3 Atribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente..... | 28 |
| 2.4 A pobreza, o abandono e a exclusão social | 29 |
| 3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA RUA | 31 |
| 3.1 Conceitos, definições e indicadores..... | 32 |
| 3.2 Contexto da rua..... | 32 |
| 3.3 Fatores de risco e proteção | 35 |
| 3.4 Vulnerabilidade e resiliência | 37 |
| 3.5 Políticas públicas | 40 |
| 4 MÉTODOS | 42 |
| 4.1 Objetivo geral | 42 |
| 4.2 Objetivos específicos..... | 42 |
| 4.3 Caracterização da pesquisa..... | 43 |
| 4.4 Participantes da pesquisa | 44 |
| 4.5 Local da pesquisa..... | 45 |
| 4.6 Instrumento utilizado para coleta de dados | 46 |
| 4.7 Procedimento | 46 |
| 4.8 O processo de coleta de dados | 47 |
| 5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS | 48 |
| 5.1 Análise descritiva..... | 48 |
| 5.2 Análise dos dados | 60 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 74 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 76 |
| APÊNDICES | 82 |

INTRODUÇÃO

Crianças e adolescentes em situação de rua vêm sendo objeto de estudo de diversas pesquisas nos últimos anos, com o objetivo de conhecer os padrões de motivação que propiciam a saída de casa, os indicadores de definição para serem considerados em condição de rua e as contribuições das políticas públicas para esse público.

Dessa forma, ocorre a necessidade de conhecer a realidade desse público, os diferentes perfis sociodemográficos, a trajetória escolar e os aspectos mais relevantes ocasionados pela condição de rua dessa população tão vulnerável. Um aspecto bastante influente a se levar em conta é o contexto escolar que muitas vezes também foi rompido, causados pela saída de casa.

A escola é um fator de extrema importância para o desenvolvimento e a promoção da educação dos jovens. Por isso, deve ser estudada e relacionada como fator de prevenção, que propicia a socialização, desenvolvimento cognitivo e apoio socioemocional a esse público.

Diante disso, o trabalho de pesquisa em questão tratará a respeito da trajetória de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Corumbá/MS, com o objetivo de conhecer o perfil dessas crianças.

É relevante destacar que durante os anos de 1994, 2000 e 2010 aconteceram pesquisas no município de Corumbá/MS a respeito de crianças e adolescentes em situação de rua – um levantamento com a finalidade de analisar os aspectos da infância e da adolescência no contexto de rua. A primeira pesquisa aconteceu no ano de 1994, e com seus resultados foi percebida a necessidade da criação de um Centro de Referência de Estudos da Infância e da Adolescência – CREIA, na UFMS – Campus de Corumbá/MS, com o intuito de dar continuidade aos estudos referentes a esse público.

No ano de 2010 participei como aluna de Psicologia e voluntária do levantamento do perfil dessas crianças no município, e pude perceber que, embora houvessem políticas públicas para o público abordado, ainda existiam muitas falhas para uma intervenção eficaz e erradicação dessas crianças e adolescentes nesse ambiente tão hostil no qual se encontravam.

Dessa forma, surge também o interesse em observar como se encontram esses dados anteriores, realizando uma possível comparação com a pesquisa atual e destacando os aspectos mais relevantes entre as pesquisas.

Este estudo busca justamente informações acerca da trajetória escolar de crianças e adolescentes em condição de rua. Os resultados permitirão também descrever o perfil dessa população, gerando evidências para implementação de políticas públicas, a fim de desenvolver ações preventivas que minimizem a exposição a fatores de risco entre os adolescentes, e transformar as informações coletadas em recursos preventivos.

Assim, a pesquisa oferecerá dados adicionais para o estudo do tema, bem como habilitar profissionais da área de Educação para atuarem na prevenção desse fenômeno tão complexo, uma vez que um dos temas sociais de maior interesse em pesquisas na nossa realidade é o que diz respeito a crianças e adolescentes, mais delicado ainda quando esse público se encontra em situação vulnerável.

No ano de 2009 ocorreu um convênio firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDEST) com o objetivo de realizar a primeira pesquisa censitária nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua. A coleta de dados aconteceu entre os meses de maio e junho de 2010. O levantamento foi realizado em 75 cidades de todo o País, abrangendo todas as capitais e cidades com população superior a 300 mil habitantes (conforme dados do DATASUS do ano de 2014). Em todas as cidades selecionadas foi realizado um censo, por meio da aplicação de um questionário com 18 perguntas, e uma pesquisa amostral, que investigou um conjunto mais amplo de situações, com 60 perguntas.

Nesse levantamento constatou-se que 23.973 crianças e adolescentes encontravam-se em situação de rua no Brasil, e que as cidades da região Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, e as do Nordeste, Bahia e Ceará, apresentavam o maior número de crianças em situação de rua: 5.091,00; 4.751; 2.313,00; 1.575,00, respectivamente, apresentando dados alarmantes de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade no País.

Nos resultados do levantamento foi percebido que a maioria das crianças e adolescentes encontrados eram do sexo masculino (71,8%), com faixa etária entre 12 e 15 anos de idade, evadidos da instituição escolar (56,3%) e que cursaram até a quarta série (39%), porém sabiam ler e escrever (76,7% dos dados levantados).

Essa temática é preocupante por ser um problema de ordem social, principalmente de saúde pública no Brasil, em consequência do quantitativo elevado de atos violentos, uso de substâncias psicoativas, abuso e exploração sexual, crises familiares e exploração do trabalho infantil nos quais essas crianças e adolescentes estão expostos, exigindo assim o empenho de diferentes áreas do conhecimento científico e de diversos setores da organização social de uma comunidade.

O perfil das crianças e dos adolescentes em situação de rua só passou a ser estudado de forma sistemática no Brasil a partir da metade da década de 1980, apesar de sua presença nas ruas já ganhar registros de queixas na imprensa e em relatórios oficiais desde o século XIX (RIZZINI, 2010).

Contudo, atualmente tem-se discutido sobre esse tema, principalmente a partir da aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, com a implantação da Lei n. 8069/90. A preocupação de profissionais são as consequências devastadoras, como violência, gravidez não planejada e a transmissão de doenças por via sexual e endovenosa (Almeida et. al., 2008). Além disso, trabalhar com esse público é avaliar sua situação de vulnerabilidade nos seus aspectos familiares, escolares e sociais.

Quando se pensa na palavra “rua” há comparação com um local de trajeto, algo transitório e passageiro, um lugar em que passamos por ele para realizar atividades diárias, tais como trabalhar, ir ao supermercado, passear, ir à escola, podendo se locomover tanto por transporte quanto a pé, deparando-se com diversos estímulos sonoros, visuais, auditivos que se encontram pelo caminho.

Entretanto, ao final do dia, algumas pessoas se deslocam para suas casas, porque lá é o seu local de permanência e segurança, por outro lado outras pessoas fazem da rua seu local de moradia, trabalho e lazer. São jovens, adultos e idosos que encontram na rua um único local para permanecer, por não possuírem um lugar seguro para se protegerem (MORAIS et. al. 2010).

Diante disso, a rua não é apenas um local geográfico ou ambiente em que os infantes estão inseridos, mas opção para aqueles que se encontram sem perspectivas futuras, em condição de pobreza e violência no contexto familiar, e que encontram na rua seu local de moradia.

Pesquisas revelam que a saída da residência para a rua acontece por um processo de transição, as crianças e adolescentes tomam essa decisão por diversos motivos, quase sempre pela ausência de vínculo familiares. Muitas vezes fogem à procura de melhores condições de sobrevivência e na rua desenvolve um sentimento de pertencimento (CALIL, 2003).

Nesse sentido, aquela criança e/ou adolescente, que muitas vezes encontra na rua uma maneira de interagir com outras crianças, por meio de brincadeiras ou conversas com adolescentes, perceberá gradualmente que aquele local a afastará dos problemas vivenciados no âmbito familiar. Torna-se também um atrativo para os jovens, quando ocorre a facilidade em obter dinheiro, comida e socialização que, porventura, não encontravam em sua casa, afastando-se ainda mais do seu local de moradia (MORAIS et. al., 2010).

A esse respeito, Rizzini apud Ferreira (2009, p.90) salienta:

Criança em situação de rua: crianças e adolescentes que se movimentam entre suas casas, as ruas e as instituições, em busca de proteção e de um lugar onde se sintam pertencentes, sendo diversos os fatores que determinam os processos excludentes que afetam a vida de cada uma destas crianças e suas famílias. (RIZZINI apud FERREIRA, 2009, p.90).

Conforme Martins (2002), em 1986 a UNICEF apresentou nomenclaturas para diferenciar crianças e adolescentes nesse contexto de rua, afirmando que existem aquelas que utilizam a rua como lugar de trabalho e sustento, voltando a suas casas posteriormente, outras que residem com suas famílias na rua e aquelas cujos vínculos com os familiares já foram rompidos, fazendo da rua seu local de moradia e subsistência (MINAYO, 1992).

Indo além, pesquisas têm revelado que o motivo de crianças inseridas na rua pode estar associado ao âmbito familiar. Esse é percebido como fator de proteção, mas também poderá ser propício aos fatores de risco, capazes de desencadear a saída da criança e/ou adolescente de sua residência, porque este ambiente é percebido como de extrema vulnerabilidade social e econômica, com a presença de genitores usuários de substâncias psicoativas, ausência de afeto e regras (Moura et. al., 2009), além da pobreza e da violência doméstica (MARTINS, 2002).

Diante disso, é relevante destacar que são diversas as razões que contribuem para que esse público procure a rua para sobreviver, mas muitas vezes é a única alternativa para se

manter longe do contexto familiar tão conturbado (Moura et. al., 2009). O trabalho, tanto lícito quanto ilícito, é um elemento comum a todos eles que permanecem na rua, independentemente do tempo que ficarem nesse local (FERREIRA, 2011).

Crianças ou adolescentes peregrinando pelas cidades é um fato antigo, pois nos diferentes períodos da história existiram crianças expostas à vulnerabilidade, sem o monitoramento de adultos responsáveis por elas (FERREIRA, 2011).

Assim, a compreensão do cenário atual decorre de um longo processo de negligência, maus tratos e abuso contra crianças e adolescentes durante a história da criança no Brasil. No século XVI, no percurso de viagens marítimas de Portugal para o Brasil, crianças órfãs, bastardas ou abandonadas subiam aos navios na condição de aprendizes de marinhaio com a promessa de casarem-se ou ter melhor perspectiva profissional no futuro, mas eram exploradas, deixando de lado a infância, deparando-se forçadamente com o mundo adulto. Eram obrigadas a servir os marinheiros de todas as formas, e tinham alimentação restrita e exploração da sua força de trabalho (MORAIS, 2010).

Além disso, em relação ao comércio de escravos, elas custavam o dobro do valor, dependendo da sua idade. Já o adolescente valia um preço de um escravo adulto, porque realizava os mesmos trabalhos e era visto como obediente. Posteriormente, foi construída a casa dos expostos, criada com o objetivo de acolher crianças abandonadas pelos genitores, e escolas para aprendizes de marinhaio, que inseriam crianças e adolescentes percebidos como “delinquentes”, que eram treinados para atuarem em tempo de guerra.

Já no início do século XX, as crianças e os adolescentes eram enxergados com um novo “olhar”, constituindo uma grande parcela da mão de obra da população, trabalhando na área têxtil do estado de São Paulo, sofrendo, muitas vezes, amputações de membros e morte, além de sofrerem todos os tipos de violência pelos superiores hierárquicos (Morais, 2010).

Sobre o trabalho na vida das crianças, Rizzini apud Moraes (2010) afirma:

As crianças trabalharam para seus donos durante a escravidão no período colonial e imperial; [...] na industrialização; para os proprietários de terra, condição de boias-frias; na produção agrícola; casas de famílias e [...] nas ruas para manterem a si ou as suas famílias. (RIZZINI apud MORAIS, 2010, p. 44).

Diante do que foi apresentado, é importante destacar que atualmente as crianças e os adolescentes encontrados nas ruas são consequência de um longo processo histórico de ausência de políticas de proteção. Apenas nas últimas décadas do século XX as crianças saíram da invisibilidade de condição de rua e passaram a ser enxergadas pela sociedade civil e pelo Estado, que começou a propor e criar políticas públicas para essas faixas etárias. (Rizzini apud Moraes, 2010). Nesse momento a escola obrigatoriamente passou a fazer parte da vida dessas crianças, como forma de proteção, socialização e desenvolvimento cognitivo.

Pesquisas revelam que, embora eventualmente elas vão às aulas, o fato de estarem matriculadas expressa o desejo de saírem dessa condição, ou seja, a possibilidade, a esperança de uma perspectiva futura (LEITE, 1996).

É relevante destacar que a perda da escolarização básica de crianças e adolescentes em condição de rua causa danos irreparáveis ao seu desenvolvimento cognitivo, acarretando uma série de perdas de habilidades, principalmente na área da linguagem. Porém percebeu-se, por meio de pesquisa, que a vivência na rua apresentou outras formas de aprendizagem, como a facilidade de lidar com o dinheiro, a habilidade em aprender músicas e a plasticidade motora, por exemplo Desenvolvidas como meio de subsistência no meio na qual está inserida (HUTZ e KOLLER, 1996).

A família não perde a função socializadora, mas as relações estabelecidas fora do ambiente familiar passam a ocupar uma posição de destaque, então a escola torna-se fator de socialização e influência sobre o comportamento dos adolescentes. Nesse sentido, se a experiência escolar é positiva é nela que as crianças e adolescentes investem boa parte de seu tempo diário, participando de atividades educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, e torna-se um dos fatores de proteção a esse público (BAZON et. al. 2013).

A trajetória escolar é um desafio para aqueles alunos em vulnerabilidade social, uma vez que eles devem respeitar as exigências aplicadas pela instituição escolar, devendo submeter-se às normas, acatando a hierarquia e aceitando os conteúdos.

Diante disso, Bazon et. al. (2013) expõem que algumas crianças e adolescentes em condição de rua não conseguem atender a todas as regras impostas. As dificuldades e a falta de interesse podem conduzi-los a fracassos na aprendizagem, como também a evasão escolar, que muitas vezes conduzem à vulnerabilidade dos jovens, uma vez que a baixa escolaridade diminui as chances de socialização satisfatória, a inserção no mercado trabalho com empregos

bem remunerados, aumentando ainda mais a possibilidade de se mantê-los na pobreza e na dependência dos benefícios socioassistenciais.

A atenção dos contextos escolares para o período da pré-adolescência e adolescência é de extrema relevância, uma vez que os sistemas educacionais devem estar atentos para alguns fatores importantes do comportamento dos adolescentes, principalmente para aqueles que estão em condição de vulnerabilidade.

Por esse motivo, uma boa relação entre professor e aluno por meio de uma comunicação livre e fluente serve de modelo e evita o envolvimento em comportamento de risco. A construção de perspectivas claras, por parte dos professores, aliada a uma educação que envolva afeto e controle, pode proporcionar o desenvolvimento psicológico saudável e melhor desempenho escolar de crianças e adolescentes; o monitoramento das ações dos jovens, seja pelos pais ou educadores, pode ser benéfico e, por último, o incentivo para participarem das atividades da escola, da comunidade e de movimentos sociais ou de solidariedade faz com que sintam-se motivados a continuarem na instituição escolar (STEINBERG et al, 1989; FRIEDMAN et. al., 2002 apud SCHENKER e MINAYO, 2005).

No entanto, faz-se necessária uma “articulação dos serviços sociais, educacionais e de saúde numa visão multidisciplinar e a responsabilidade também, da sociedade” (SCHENKER e MINAYO, 2005, p.715).

Desta forma, esse estudo é de grande importância, pois seu desenvolvimento, auxiliarão na obtenção de informações acerca das características dessas crianças e adolescentes e as dificuldades no processo de escolarização; desse modo, os resultados colhidos com esse público alvo, gerarão evidências para implementação das políticas públicas voltadas para essa parcela da população, a fim de desenvolver ações preventivas que minimizem essas estatísticas.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi necessário realizar uma pesquisa qualitativa por meio de uma entrevista semiestruturada, instrumento contendo quarenta e sete questões que foram divididas em categorias. A pesquisa foi realizada entre os meses de maio a setembro de 2017 com a autorização da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. Em sua composição, a contextualização teórica será exibida da seguinte forma: introdução apresentando o tema em questão, no decorrer do primeiro capítulo foi abordado os aspectos do desenvolvimento da criança e adolescente, posteriormente no segundo capítulo entraremos no contexto histórico da criança e adolescente, bem como a luta por seus direitos. No terceiro capítulo, serão descritos os conceitos, definições e indicadores a respeito da criança e adolescente em situação de rua, além dos fatores de risco, proteção e

resiliência relacionados a essa condição, já no quarto capítulo, serão explicitados a metodologia da pesquisa. Por fim, o quinto e último capítulo serão abordados os resultados da pesquisa, seguida das considerações finais e referência.

1 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO

1.1 Adolescência

Adolescência – palavra derivada do verbo latino “adolescere”, que significa “crescer” ou “desenvolver-se até a maturidade” (Muuss, 1976). É uma etapa vivenciada como um momento de transição para a vida adulta, na qual o adolescente sofre transformações tanto psicológicas quanto cognitivas e físicas, estendendo-se desde a puberdade até atingir o estado adulto.

Muuss (1976) define adolescência em aspectos cronológicos, sociológicos e psicológicos. Cronologicamente, a adolescência, na maioria das culturas ocidentais, é o período do desenvolvimento que inicia entre os doze ou treze anos até os vinte quatro anos de idade, podendo prolongar-se, dependendo das variáveis de ordem individual e/ou cultural. Já nas sociedades primitivas, a adolescência é bastante curta e termina quando os indivíduos, principalmente os do sexo masculino, são admitidos no mundo adulto.

Sociologicamente, a adolescência seria o período de transição em que o sujeito passa do momento de dependência dos pais ao estado de autonomia e responsabilidades – características da vida adulta. Na visão psicológica, a adolescência é uma fase na busca da identidade do seu “eu”, uma vez que o adolescente não é mais criança e ainda não se encontra na fase adulta. Essa condição pode originar confusão na mente do adolescente, que não sabe precisamente qual o papel exercer na sociedade.

Portanto, várias são as definições encontradas para o termo adolescência por diversos autores. De acordo com Arminda Aberastury (1980),

A adolescência é conceituada como um período crucial na vida de qualquer ser humano, uma fase evolutiva onde o adolescente tratará de estabelecer sua identidade adulta através das relações que estabelece com os objetos parentais, de suas inter-relações e interações com o ambiente, do processo de conflito, na procura de sua identidade e pelo corpo que perdeu. (ABERASTURY, 1980, p. 30).

Dessa forma, é um período de amoldamento sexual, social, ideológico e vocacional e de luta pela emancipação (Kuhlen, 1970). Nessa fase, o adolescente precisará definir sua

identidade sexual, profissional e pessoal e expandir seu modo social para além da família, por meio das amizades, trabalho e relações afetivas, assim como pensar de forma abstrata e lidar com as mudanças em seu corpo (STEINBERG, 1993 apud LEVANDOWSKI et. al., 2002).

A fase da adolescência produz mudanças significativas na vida humana. A primeira delas é em decorrência do amadurecimento sexual que acontece quando o adolescente se encontra inseguro em relação a si mesmo, à sua habilidade e aos seus interesses, experimentando, nessa fase, a instabilidade.

A segunda mudança citada pelo autor é decorrente da transformação que ocorre no corpo do adolescente, nos seus interesses e nas funções sociais, criando dificuldades para o adolescente, já que muitas vezes desconhece o que o grupo espera dele. (Ibidem).

E, por fim, a terceira alteração diz respeito ao sistema de valores: muitas coisas que eram importantes para o adolescente passam a ser de ordem secundária, porque passa a construir seu próprio sistema de valores, seus próprios padrões de comportamento moral, analisando os demais de forma crítica (MUUSS, 1976).

Nesse sentido, as principais características encontradas no período da adolescência são descritas, segundo Arminda Aberastury (1980), da seguinte forma: a procura de uma identidade, uma tendência à formação de grupos, crises religiosas, desenvolvimento sexual aguçado, atitudes reivindicatórias, luta constante por uma separação dos pais, oscilações de humor e ânimo.

Fica assim evidente que durante o processo de desenvolvimento do adolescente é percebida uma série de modificações em seu estado corporal, e torna-se preocupante também o número de problemas sociais que surgem em decorrência dessa fase conturbada, problemas esses que abrangem gravidez, doença sexualmente transmissível, violência, acidentes de trânsito, delinquência e abuso de álcool e drogas e a emancipação dos pais, com a saída e/ou fuga de casa (LEWIS et. al., 1993).

1.2 Família

A família é uma instituição tão antiga quanto à própria espécie humana, uma entidade que assume muitos papéis que podem ser compreendidos como: proteção e abrigo, fornecimento de uma união social, afetividade das relações familiares, capacidade de proporcionar aos membros oportunidades de desenvolver uma identidade pessoal, padronização dos papéis sexuais que preparam o caminho para maturidade e desempenho

sexual, além de fornecer o desenvolvimento da aprendizagem e o apoio à criatividade e iniciativa do indivíduo (ACKERMAN, 1986).

Assim, a família pode ser entendida como uma instituição privada neste mundo pós-moderno, desempenhando várias funções, mas basicamente tendo o papel de socialização primária das crianças e adolescentes (Schenker e Minayo, 2003). Estes aspectos são essenciais para o desenvolvimento saudável desses seres.

Segundo Ackerman (1986) a família tem duas funções. A primeira é garantir a sobrevivência física e construir a humanidade essencial do homem; a segunda atribuição é a satisfação das necessidades biológicas básicas, eficaz para a sobrevivência. Porém, a simples satisfação dessas necessidades não garante de forma alguma o desenvolvimento das qualidades de humanidade. É preciso oferecer fatores de proteção para o desenvolvimento saudável do sujeito dentro do ambiente familiar.

Proteger é uma noção que faz parte do contexto das relações primárias, e, do universo semântico das políticas sociais, significa, sobretudo, oferecer condições de crescimento e de desenvolvimento, de amparo e de fortalecimento da pessoa em formação. (SCHENKER e MYNAYO, 2005, p. 71).

Desse modo, o ambiente familiar deverá proporcionar segurança, afeto, relacionamentos parentais harmoniosos, suporte, orientação e vigilância para maturação satisfatória e saudável da criança e do adolescente.

Nesse sentido, os fatores de proteção dentro do âmbito familiar podem ser descritos como ambiente estável com vínculos familiares fortes entre pais-crianças e adolescentes; o apoio da família no processo de aquisição da autonomia pelo adolescente; o monitoramento parental aos diversos processos de crescimento e desenvolvimento; disciplinas consistentes com o estabelecimento de normas claras para os comportamentos sociais e orientação sobre drogas e suas consequências, são fatores de proteção que afastam os jovens de situações de vulnerabilidades ao seu desenvolvimento (KUHLEN, 1970).

Em contrapartida, os fatores de risco têm como definição, de acordo com Sapienza e Pedromônico (2005), uma variável que aumenta a probabilidade de o indivíduo contrair determinada doença quando exposto a ela, possibilitando a ocorrência de resultados negativos, comprometendo a saúde o bem-estar e o desempenho social do sujeito (SCHENKER e MINAYO, 2005).

Atualmente, há uma grande preocupação com a identificação de crianças e adolescentes expostos a fatores de risco, já que essa exposição afeta negativamente o

desenvolvimento deles, por apresentarem problemas emocionais e de comportamento. A vulnerabilidade desses adolescentes implica em uma combinação de estressores biológicos e psicossociais.

Conforme Haggerty e Cols (2000) apud Sapienza e Pedronômico (2005), alguns aspectos que tornam o indivíduo vulnerável são desnutrição, lesões cerebrais, atraso no desenvolvimento, família desestruturada, minoria social, desemprego, pobreza e dificuldade de acesso à saúde e educação.

De acordo com Masten e Coastworth (1995) apud Sapienza e Pedromônico (2005, p.210), “riscos são variáveis ambientais ou contextuais que aumentam a probabilidade da ocorrência de efeito indesejável no desenvolvimento mental”. Por esse motivo, muitos fatores podem ser considerados de risco na infância e na adolescência, como podemos citar a síndrome pós-trauma, depressão, ansiedade, estresse, distúrbio de conduta ou de personalidade, evasão escolar, gestação precoce, problemas de aprendizagem, violência familiar e física, abandono, maus-tratos, desagregação familiar e uso de drogas.

Conforme Schenker e Minayo (2004) a família é percebida como estrutura de grande importância, pela sua função de coautora de proteção quanto criadora de possibilidade de saúde para os seus membros familiares, sendo percebido o contexto familiar com um papel relevante em relação ao bem-estar do adolescente, uma vez que o relacionamento que o jovem tem diante dos membros familiares irá proporcionar um melhor ou pior nível em termos de uma vida saudável (ALMEIDA e OLIVEIRA et. al., 2008).

Pesquisas vêm demonstrando que os aspectos familiares de risco para os adolescentes incluem outros fatores de forma combinada, como a ausência de investimentos nos vínculos que unem pais e filhos; envolvimento materno insuficiente; dificuldades em estabelecer limites aos comportamentos infantis e juvenis; tendência à superproteção; educação autoritária associada a pouco zelo e pouca afetividade nas relações; conflitos familiares sem diálogo; permissão ao uso de drogas pelos pais e falta de monitoramento parental (HAWKINS et. al., 1992 apud SCHENKER e MINAYO, 2005).

É de fundamental importância a atenção da família e dos contextos escolares empenhados para o período da pré-adolescência e adolescência de forma preventiva. Dessa forma, estar atento para alguns aspectos importantes, como uma comunicação livre e fluente com os pais e adultos que servem de modelo, evita o envolvimento em comportamento de risco; elogios dos pais às conquistas dos filhos; colocação de expectativas claras por parte dos pais e professores, aliada a uma educação que envolva afeto e controle, proporcionando o desenvolvimento psicológico saudável e o desempenho escolar do adolescente; o

monitoramento das ações dos jovens seja pelos pais ou educadores; conhecer os amigos e pais dos amigos dos filhos; compartilhamento de valores, atitudes e crenças sobre as drogas e, por último, incentivar os adolescentes a participarem das atividades da escola, da comunidade e de movimentos sociais ou de solidariedade (Steinberg Et. Al.,1989/1992; Friedman Et. Al.,1989/2002 apud Schenker e Minayo, 2005). Faz-se necessária também uma “articulação dos serviços social, educacional e de saúde numa visão multidisciplinar e como responsabilidade também, da sociedade” para o desenvolvimento dos jovens (Schenker e Minayo, 2005, p.715).

1.3 Educação

Fernandes e Paludeto, (2010 p. 236) destacam que o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA assegura que toda criança e todo adolescente tem direito à educação, sendo o seu dever dirigir o pleno desenvolvimento do indivíduo, isto é, prepará-lo para exercer sua cidadania e qualificá-lo para o trabalho, garantindo-lhe o direito à igualdade para o acesso e permanência na instituição escolar, direito de ser respeitado por seus professores, direito de questionar critérios avaliativos, direito de organização e participação em entidades estudantis, acesso à escola pública e gratuita nas proximidades de sua residência.

Da mesma forma, os pais têm a obrigação de inscrever seus filhos na rede regular de ensino, e os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental o dever de comunicar ao Conselho Tutelar quando houver maus tratos, faltas injustificadas e altos níveis de repetência. Nesse sentido, deverão ser respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social das crianças.

Assim, a educação é percebida como um direito humano e considerada um direito social a todos, e não nos referimos apenas à educação de ensino escolar, mas a educação no seu sentido extenso, aquela pensada num sistema geral, que implica na educação escolar, mas que não se restringe a ela, porque a educação é um processo duradouro que se inicia desde a concepção da vida e termina com a morte do ser humano, isto é, os processos educativos podem ser visualizados no âmbito familiar, na comunidade, no trabalho, junto com seus amigos, nas igrejas, entre outros, permeando a vida das pessoas (CANDAUI, 2012).

É através da educação que reconhecemos o outro, os valores, os direitos, a moral, a injustiça, nos comunicamos, descobrindo os elementos que nos cercam enquanto indivíduos sociais. Aliás, o movimento da história se faz possível por meio da transmissão às novas

gerações das aquisições prévias da cultura humana, através da educação (FERNANDES e PALUDETO, 2010).

A educação é um direito humano fundamental, porque é a base, o início e, ao mesmo tempo, a aspiração e o ponto de chegada de toda luta pela justiça social e pela igualdade, de toda luta contra a humilhação e o desprezo aos quais são submetidos milhões de seres humanos por terem nascido pobres (GENTILI, 2007 apud GENTILI, 2009).

Por um novo modelo de educação, concebida na perspectiva da Escola nova, a instituição escolar é apresentada como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias, participam ativamente das tarefas e se desenvolvem como cidadãos de direitos e deveres. (Santos, 2012). A escola é capaz de socializar, educar e de potencializar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade a melhores condições de educação, minimizando fatores de risco e propiciando perspectivas futuras aos infantes.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 Aspectos históricos de crianças e adolescentes no Brasil

Esse subitem tem como objetivo apresentar brevemente um histórico da criança no Brasil e evidenciar que o panorama atual de crianças em situação de vulnerabilidade é consequência de um longo processo marcado por negligência, exploração e abuso contra elas (MORAIS et. al., 2010).

Do século XIV ao século XIX vigorou no país brasileiro o ordenamento jurídico de Portugal, em que a legislação brasileira era submetida às ordens dos donatários, indivíduos que recebiam doação de terras pela coroa portuguesa, tratando com indiferença a criança e o adolescente (VIANA e BIZINOTO, 2013).

O cenário brasileiro começou a mudar a partir de 1830, oito anos após a Proclamação da Independência Política do Brasil, em 7 de setembro de 1822, quando foi anunciado o primeiro Código Penal Brasileiro, o Código Criminal do Império. Nele se previa a inimputabilidade até os sete anos de idade e a punição relativa entre sete e quatorze anos. A responsabilização penal plena se dava aos quatorze anos de idade (OLIVEIRA, 2014).

A incapacidade relativa penal entre os sete e quatorze anos era mensurada por meio de critérios biológicos e psicológicos. Esse “requisito” de avaliação de discernimento era

subjetivo, ou seja, dependendo da concepção do juiz que examinava tal ato, por meio da análise da personalidade do indivíduo, observando se seu ato havia se originado de uma possível “aptidão para apontar o bem do mal, além de avaliar o reconhecimento de possuir relativa lucidez para orientar-se em face às alternativas do justo e do injusto, da moralidade e da imoralidade, do lícito e do ilícito” (SARAIVA, 2009, p. 34).

Esses eram alguns dos requisitos avaliados como critérios para penalidade da criança e do adolescente na época vigente. Diante disso, no caso de o acusado e/ou culpado cometer o ato com consciência, seria recluso à casa de correção e permaneceria nesse local por tempo determinado, a pedido do juiz, não podendo ultrapassar a idade de dezessete anos (MORAIS et. al., 2010).

Isso ainda perdurou após a Proclamação da República. Em 1890, promulgou-se o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, mas o critério agora avaliado seria o biopsicológico meio de aferir a capacidade dos indivíduos. Nesse critério foi determinado que crianças com até nove anos de idade não seriam responsabilizadas penalmente pelos seus atos, porém aqueles com idade superior seriam plenamente imputáveis (OLIVEIRA, 2014).

Já nos meados do século XX, várias eram as transformações em diversos países, reconhecendo a condição diferenciada da criança. Foram criados tribunais de menores nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Portugal, Hungria, França e também em países da América do Sul, como Argentina, Chile e Brasil. Nesse contexto, a legislação brasileira abandonou o critério biopsicológico, decretando o Código de Menores – conhecido como o Código Mello de Mattos de 1927. (OLIVEIRA, 2014).

Nesse código, voltou-se a atenção para menores de dezoito anos, abandonados e delinquentes, e criou-se na cultura brasileira a distinção entre jovens autores de condutas ilícitas e jovens desfavorecidos socioeconomicamente (SARAIVA, 2009).

A criança ou o adolescente, vítima de maus-tratos por sua própria família, ainda se encontrava em situação irregular, isto é, até aquele momento não se tinha regulado de forma protetiva e legalizada um amparo protetivo a essas vítimas, vítimas da sociedade por abandono.

Diante disso, esses menores eram tratados como objeto de uma intervenção estatal coercitiva, que suprimia sua capacidade e sua opinião com o discurso protetivo, ou seja, o Estado nesse momento ultrapassava as questões jurisdicionais e interferia nas relações familiares, substituindo a figura de autoridade parental que, a princípio, seria dos responsáveis legais.

Assim, o Estado retirava as crianças do seio familiar e inseria-as em uma instituição com os demais menores que praticavam atos ilícitos, confundindo sua função de promover a proteção por meio da assistência social e a correção dos atos delinquentes pelo autor de ato ilícito (BRASIL, 2007).

Nesse contexto histórico em 1964 o Estado propôs a solução desse problema com a privação de liberdade, lotando as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor, conhecidas como FEBENS, e criminalizava a pobreza. Os percebidos como delinquentes residiam longe da família e sem a assistência adequada para estimular suas potencialidades e o exercício da cidadania (SINASE, 2006).

Essa situação começou a se modificar quando a Assembleia Constituinte, iniciada em 1987, e as entidades em defesa dos direitos da criança e do adolescente trouxeram a Doutrina da Proteção Integral. Já sendo discutida desde 1959 pelas Nações Unidas, foi votada pelo plenário do Congresso Constituinte, aprovada com 435 votos a 8, e sintetizada nos artigos 227 e 228 do Capítulo VII da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2007).

Surgiu assim a diferença entre vitimizador e vitimado e a responsabilização penal juvenil, trazendo a excepcionalidade como características da medida sancionadora de restrição da liberdade. Iniciou-se a igualdade de direitos fundamentais entre crianças, jovens e adultos e, conseqüentemente, a condição de sujeito de direito da criança e do adolescente. Enfim, a necessidade de se abordar temas relativos à criança e ao adolescente sob a perspectiva dos direitos humanos (BRASIL, 2007).

Para consolidar esse novo modelo e cumprir a exigência do ordenamento jurídico brasileiro de haver legislação especial, foi promulgado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Assim como as Convenções Internacionais em Defesa dos Direitos da Criança trouxeram grandes avanços para os países, este conjunto normativo revogou o antigo entendimento, conduzindo a criança e o adolescente para uma condição de sujeito de direito, de protagonista de sua própria história, titular de direitos e obrigações próprios de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, dando um novo contorno ao funcionamento da Justiça de Infância e Juventude, abandonando o conceito de menor e inserindo-o como cidadão (SARAIVA, 2009).

O Brasil foi o primeiro país a adequar sua legislação às normas da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, incorporando-as à Constituição de 1988, artigo 227. O grande resultado desse momento de luta pelos direitos da infância e adolescência no Brasil foi representado pela promulgação do Estatuto da Criança e do

Adolescente, em 16 de julho de 1990, pela Lei n. 8.069, consagrando a Doutrina da Proteção Integral, tais como:

O direito à sobrevivência (vida, saúde e alimentação); o direito ao desenvolvimento pessoal e social (educação, cultura, lazer e profissionalização) e, por fim, o direito à integridade física, psicológica e moral (dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária). (BRASIL, 1990).

Assim, o Estado, a família e a sociedade civil são corresponsáveis e devem proteger as Crianças e Adolescentes de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão (SALZGEBER, 2012).

2.2 Direitos humanos de crianças e adolescentes: uma luta pela proteção de seus direitos

A concepção de direitos humanos surgiu gradativamente a partir da Segunda Guerra Mundial, fato histórico lembrado por suas numerosas violações de direitos humanos, de tal modo que houve a necessidade de se criar um instrumento paliativo como forma de promover a paz mundial em meio a esses aspectos. Deu-se origem então à Organização das Nações Unidas – ONU, uma organização internacional constituída por diferentes países, unidos voluntariamente para operar em favor do desenvolvimento e da paz mundial (MATTIOLI e OLIVEIRA, 2013).

Posteriormente, surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pela ONU em 1948, apresentando a noção dos direitos humanos, que os reconhece como universais e indivisíveis, abrangendo o direito à proteção especial à infância nos artigos 25 e 26 da declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (MATTIOLI e OLIVEIRA, 2013).

Contudo, as conquistas aos direitos de crianças e adolescentes surgiram desde a Carta da Liga sobre a Criança, em 1924, ou Declaração de Genebra, documento pioneiro na luta dos direitos das crianças, que teve origem logo após a Primeira Guerra Mundial, mas foi promulgada de fato, com os direitos adquiridos, em 1959, com a Declaração dos Direitos da Criança.

Uma outra conquista aos direitos humanos referente a crianças e adolescentes aconteceu em 1989, com a Convenção sobre os Direitos da Criança, implantada em 20 de novembro desse mesmo ano pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Esse documento foi inserido no Brasil pelo Decreto n. 99.710, de 1990, é o tratado internacional de direitos humanos com maior número de aderência.

Os estados, ao validarem a Convenção, comprometeram-se em empregar tratamento prioritário às suas crianças, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida. Além disso, a Convenção era coercitiva e previa que os estados-membros apresentassem a cada cinco anos um relatório descrevendo as ações desenvolvidas em seu território para a implementação dos direitos previstos no mencionado documento (RIZZINI, 2010).

Na década de 1980, o Brasil lentamente retornou ao regime democrático, tendo como a culminância a promulgação da Constituição Federal de 1988. Já em 1990, o ECA, instituído pela Lei n. 8069/1990, foi a expressão da nova ordem constitucional inaugurada em 1988, em harmonia com os documentos internacionais na luta pela proteção especial de crianças e adolescentes, expressando assim o resultado de um processo de lutas que se contrapõe às primeiras ações de assistência punitiva às crianças e adolescentes (OLIVEIRA, 2014).

Diante do exposto, Oliveira (2013) revela que a história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil é percebida em um contexto de negação desse marco legal, frente ao avanço que impõe recuo do Estado no cumprimento do dever de promover políticas públicas, assim é cada vez mais difícil a luta pela concretização desses direitos, haja vista as condições necessárias para realizá-los, por serem cada vez mais escassos investimento de recursos destinado pelo Estado para essa população.

O Estado vem cada vez mais se eximindo do dever de fornecer essas condições de qualidade de vida para esse público tão vulnerável, porém sujeitos de direitos. A política pública eficaz a esse público será concretizada se a rede de serviços for articulada, isto é, apoio de diversos segmentos, tais como saúde, educação, habitação, assistência social, assistência psicológica e jurídica, para que as famílias cumpram a sua responsabilidade na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

2.3 Atribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente

A legalização da criança e do adolescente como sujeitos de direitos é um avanço recente na história do Brasil. Foi adquirida por meio da promulgação da Constituição Cidadã, que estabeleceu garantias fundamentais direcionadas a esse público e tratadas em legislação especial.

Em 1990 essa conquista foi promulgada e denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, assegurando direitos humanos fundamentais àqueles que merecem cuidados especiais, pela condição particular de desenvolvimento.

Atualmente tem-se discutido sobre essa temática, especialmente a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A preocupação dos pesquisadores, profissionais de saúde, de educação e da sociedade de modo geral é que a condição dessas crianças e adolescentes na rua tem apresentado altas prevalências na adolescência. Inquietação essa que acarreta consequências devastadoras, como violência, gravidez não planejada e a transmissão de doenças por via sexual e endovenosa (Almeida et. al., 2008). Além disso, trabalhar com esse público é avaliar sua situação de vulnerabilidade tanto nos seus aspectos familiares, escolares e sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, estabelecido pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, contesta um passado de exclusão social amparado na Doutrina da Proteção Integral. Essa legislação apresenta direitos da população infanto-juvenil brasileira, pois reconhece a importância da criança e do adolescente como ser humano, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento e sua condição de vulnerabilidade, o que torna esse público, digno de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado. Este último deve atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa de seus direitos.

Conforme aborda Lima (2012) as políticas públicas são formas de aplicação dos artigos constitucionais e das leis a serviço das necessidades sociais. Bucci (2001 apud Lima, 2012) afirma que as políticas públicas trabalham como um mecanismo de planejamento, racionalização e participação popular. Não são setores ou seções com vida própria, derivam da compreensão e dos processos políticos não fragmentados, que envolvem os assuntos de interesse da sociedade.

Em relação às diretrizes de políticas públicas no Brasil, destacam-se a Lei de Organização de Assistência Social (LOAS), e a Lei n. 12.435, de 2011, que dispõem sobre a organização de assistência social do País, e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), correspondendo ao sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil (LIMA, 2012).

Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente introduz na legislação brasileira (em seu artigo 5º) o tema das violações de direitos de crianças e adolescentes. Entretanto, apesar de condenar qualquer atentado a seus direitos fundamentais, tais violações ocorrem em número significativo. Os casos mais recorrentes têm sido a violência doméstica e institucional, a violência sexual, a situação de rua, o trabalho infantil, a negação do direito à convivência familiar e a morbimortalidade por violência (CONANDA, 2010).

Por esse motivo, é necessária a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e colocar de fato em prática as políticas públicas para esse segmento populacional que atualmente, depois de 20 anos de promulgação do Estatuto, ainda se encontra tão vulnerável, como a situação de crianças e adolescentes em condição de rua, por exemplo.

Diante do que foi tratado, percebeu-se que os direitos humanos se materializa com as efetivações de políticas públicas, em destaque aqui a criação de políticas educacionais que alcancem as diversidades humanas.

Contudo há necessidade da conjuntura de várias áreas de conhecimento, para que de fato as políticas públicas se concretizem, pois não basta apenas a teoria das políticas públicas, e sim a efetivação dessas políticas, uma vez que há crianças e adolescentes em situação de rua, fato esse comprovado por diversas pesquisas censitárias no País. Assim, é necessário ter um olhar amplo de gestão pública, que alcance o processo educacional abrangente, de reintegração familiar, social e econômica.

Defende-se a adesão de propostas de políticas públicas que apreciem a inserção de crianças e adolescentes nas escolas. É possível criar novas expectativas, redefinir futuros e construir uma sociedade melhor por meio das escolhas de políticas públicas educativas mais eficazes.

2.4 A pobreza, o abandono e a exclusão social

Atualmente, a condição da infância em situação de risco e vulnerabilidade é um problema a ser enfrentado por diferentes áreas do conhecimento científico e de diversos setores da organização social. A negligência, os maus-tratos, o abuso sexual, a exploração do trabalho infantil, a prostituição de crianças e o abandono são uma realidade gritante na qual uma parcela da população está inserida (VECTORE e CARVALHO, 2008).

Devido à fragilidade e à vulnerabilidade, as crianças, nos primeiros anos de vida, necessitam de cuidados especiais. Em função disso, é necessário que suas necessidades básicas sejam atendidas, para sua sobrevivência e desenvolvimento pleno (Barros e Fiamenghi, 2006). São seres humanos que se encontram em constante transformação, tanto físicas quanto emocionais, desta maneira precisam de atenção exclusiva (BONAFÉ, 2008).

Assim sendo, as crianças não se transformam em adultos competentes simplesmente por meio de sua condição genética, mas precisarão de cuidados e proteção da família durante todas as fases de seu desenvolvimento (LIDZ, 1983).

Pesquisas realizadas pelo Fundo das Nações Unidas para Infância (2008) evidenciaram que o País possui a maior “população infantil das Américas”. Entretanto, a maioria das crianças no Brasil se encontra em situação de pobreza (Vectore e Carvalho, 2008), e com a pobreza caminham juntos o abandono, a negligência e outros tipos de violência. Esse contexto está presente em qualquer cultura desde a Antiguidade, não sendo considerado apenas um fato da atualidade.

Desse modo, pesquisas sobre violência na infância demonstram que mesmo com a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, esse episódio continua sendo muito frequente em nossa realidade, uma vez que aquelas que sofrem qualquer tipo de maus-tratos carrega consigo sérios danos em seu desenvolvimento, apresentando consequências irreparáveis em sua personalidade, dificuldades de socialização e aprendizagem (AMARANTES e MOURA, 2006).

Dessa forma, os maus-tratos contra crianças e adolescentes consistem em um dos principais motivos para a desvinculação da família, já que o ambiente físico e social desta instituição é tão empobrecido e desorganizado que uma das alternativas é a saída de casa.

Historicamente, o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade vem passando por diversas transformações no País. Há tempos remotos, precisamente no Brasil Colônia, o atendimento infantil era vinculado à igreja, com a roda dos expostos, e tinha o objetivo de receber recém-nascidos abandonados anonimamente (AMARANTES e MOURA, 2006).

Posteriormente, no século XX, o atendimento passou por profissionais filantrópicos, que organizaram a assistência dentro de novas diretrizes sociais, políticas, econômicas e morais. Atualmente, o atendimento à infância e à juventude está sendo realizado pelo Estado, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (Siqueira e Dell’Aglia, 2006) que resguarda os direitos dos mesmos e as penalidades para os que descumprirem suas diretrizes (VECTORE e CARVALHO, 2008).

3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA RUA

3.1 Conceitos, definições e indicadores

Atualmente tem-se percebido, mesmo que lentamente, um crescimento da implementação de políticas públicas para esse público vulnerável. Atualmente, as ações direcionadas a esta população têm sido auxiliadas pelo ECA, entendendo as crianças e os adolescentes como sujeitos de direito e garantindo a sua proteção integral (GONTINJO e MEDEIROS, 2009).

De acordo com o ECA, em seu artigo 4º,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Dessa forma, quando ocorre alguma violação de direitos, como é o caso das crianças e dos adolescentes em situação de rua, devem ser implementadas pelo Estado as medidas de proteção. Essas medidas correspondem a diferentes estratégias, que vão desde a orientação dos pais ou responsáveis até a colocação da criança ou adolescente em famílias substitutas, perpassando pela inclusão em programas comunitários ou em casas de acolhimento financiadas pelo Estado (GONTINJO e MEDEIROS, 2009).

Atualmente tem-se um conceito claro de crianças e adolescentes em situação de rua, assim também como nomenclaturas para determinar que esse público esteja de fato em vulnerabilidade. O autor que contribuiu para essa classificação foi Rizzini (2003) ao elaborar a definição, proferindo que

Crianças e adolescentes em situação de rua são aqueles que se movimentam entre suas casas, as ruas e as instituições, em busca de proteção e de um lugar onde se sintam pertencentes, sendo diversos os fatores que determinam os processos excludentes que afetam a vida de cada um deles e suas famílias. (RIZZINI, 2003, p.36).

É relevante destacar que por mais que essas crianças estejam em situação de rua, elas ainda mantêm vínculo com a família e com a instituição escolar, porém a ruptura acontece de forma progressiva, ou seja, vão se afastando devido as diversas circunstâncias, e uma delas é o uso de substâncias psicoativas e a necessidade de obter um trabalho informal para sustentar

sua dependência. Além disso, para reforçar o conceito apresentado, Campos e Rodrigues (2008) expõem os seguintes indicadores de vida nas ruas:

A utilização da rua como local de moradia, de trabalho (informal), de lazer, de construção e vivência de relações socioafetivas; falta de proteção/orientação por adultos responsáveis, isto é, ausência de suporte familiar; abandono da escola; vínculo familiar e comunitário fragilizado ou inexistente; uso de substâncias psicoativas; práticas de mendicância e de delitos; aspectos de abandono e descuido com a aparência. (CAMPOS e RODRIGUES, 2008).

Por outro lado, percebe-se que esses infantes vêm saindo do “olhar” da invisibilidade, passando a receber uma atenção da sociedade civil e, principalmente do Estado, por meio das políticas públicas. É nesse contexto que abordar direitos humanos é proeminente, uma vez que são direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, expressos por meio da história e a partir do reconhecimento de muitas conquistas consagradas pelas legislações brasileiras e preceitos internacionais, da dignidade de todo o indivíduo, independentemente de raça, sexo, idade ou nacionalidade (MORAIS et. al., 2010).

Em paralelo no que foi dito anteriormente é relevante destacar que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDC, por meio de parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável – IDEST, contribuíram para uma pesquisa censitária sobre o levantamento de crianças e adolescentes em condição de rua.

Em uma pesquisa censitária, em 2010, indicaram que 23.973 crianças e adolescentes viviam em situação de rua, e desse quantitativo 59,1% dormem nas casas de suas famílias (pais, parentes ou amigos) e em paralelo trabalham na rua; 23,2% dormem em locais de rua (calçadas, viadutos, praças, rodoviárias etc.); 2,9% dormem temporariamente em instituições de acolhimento, e 14,8% circulam entre esses espaços (Lima, 2012 apud Gomes, 2011). Os números indicam que, embora haja a implantação de políticas públicas, há um elevado número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade morando fora de casa.

3.2 Contexto da rua

As definições para a situação de rua apresentam um contexto histórico relevante, que envolve diferentes momentos socioculturais, inclusive na época da ditadura militar e períodos seguintes.

A infância é vivida por crianças, geralmente em idade escolar, que têm nas ruas uma fonte de subsistência econômica e afetiva, realizando pequenos trabalhos, limpando ou vigiando veículos, mendigando, apresentando malabares em frente a restaurantes ou em sinais de trânsito, com o objetivo de receber algum “trocado” e, além disso, praticando diversos furtos com o intuito de se alimentar, ajudar a família e/ou fazer uso de alguma substância psicoativa (MORAES et. al., 2010).

Já os adolescentes em condição de rua trazem com eles singularidades, como a relevância dos papéis vivenciados nos grupos criados nas ruas, habilidades de liderança, domínio, conquista e manutenção pelo território – aspectos importantes para a sobrevivência nesse ambiente.

Um dos primeiros trabalhos levantados com os adolescentes em condição de rua foi o de Medeiros et.al. (2001), que declara que para o adolescente os aspectos relacionados à sexualidade assumem a posição de destaque em suas vidas, sendo um momento importante no seu processo de formação como ser humano.

Nesta fase, é imprescindível que os pais, professores e profissionais da equipe de saúde, que fazem parte do universo das relações interpessoais do adolescente, participem, no sentido de contribuir para o desenvolvimento saudável, isto é, tenham uma atenção voltada para esse público, ainda mais por estarem em situação de extrema vulnerabilidade em um contexto de risco, principalmente pelas péssimas condições de vida que estão submetidos com a ausência de condições físicas, sociais, estruturais, moradia, alimentação, higiene, segurança e escolarização (NORMANDA, 2005).

Conforme Santana (2004) crianças e adolescentes em situação de rua são alvo de grandes discussões, e uma das soluções encontradas foi a criação de instituições específicas para esta população. Ao longo do tempo, estas instituições acompanharam as mudanças conceituais referentes à infância, mas mantiveram sempre o objetivo de atender esta população, especialmente para que não ficasse exposta à visão das pessoas nas ruas. Porém, mesmo com a melhoria das ações e o esforço de muitas instituições, o problema das crianças e adolescentes em situação de rua ainda é persistente, demandando esforços para a criação de projetos efetivos de políticas públicas voltadas para essa questão social (FERREIRA, 2011).

O problema da criança em situação de rua ainda é um fenômeno social resultante da história e da política econômica do Brasil. É um problema que cabe ao Estado, em parceria com a sociedade, erradicá-lo por meio de políticas públicas mais eficazes.

Ribeiro e Ciampone (2002) desenvolveram uma pesquisa referente a crianças em situação de risco nas ruas, e todas as crianças e adolescentes participantes do estudo tinham

experiências de viver em abrigos. A partir desse levantamento os autores concluíram que por mais que estivessem inseridos em uma casa de acolhimento, amparadas pelo Estado, ainda se tornavam “prisioneiro social”, pois embora o objetivo fosse o de proteger a criança, violava-se seu direito à liberdade. Violava-se também o direito a ser tratada como ser único, dificultando seu processo de formação da identidade (RIBEIRO e CIAMPONE, 2002).

Estes jovens, em geral, vivem, juntamente com suas famílias, em condições de miséria. Alguns estudos apontam que a saída para rua se deve, na maioria das vezes, a questões financeiras, logo é de extrema importância que instituições sociais realizem atendimento a esse público em vulnerabilidade (Santana et.al., 2005). Além disso, fortalecer os laços familiares, possibilitando um resgate na função familiar, potencializando a família como fator protetivo destes indivíduos (CARPENA, 1999).

De acordo com Santana (2003),

Em relação às instituições que atendem as crianças e adolescentes em situação de rua, apontou-se uma série de questões. A primeira delas é quando se trata de uma relação entre instituição; família; crianças e adolescentes vai variar de acordo com a faixa etária, uma vez que é amplamente influenciada pelo conjunto de políticas públicas destinadas a esta população e que atualmente vigoram no país. (SANTANA, 2003, p.85).

Assim, são necessárias instituições voltadas para esse público e uma equipe qualificada para atendê-lo e direcioná-lo à vida profissional (SANTANA et. al., 2005).

Outro fator que deve ser mencionado sobre a temática, é a questão emocional desses jovens. Paludo e Simone (2002) investigaram as expressões das emoções morais das crianças em condição de rua e afirmam que são percebidos nos papéis de vítima, agressor e observador, uma vez que a compreensão dessas expressões favorece a obtenção de informações sobre essas crianças e adolescentes.

Eles têm a rua como referência central de vida ou de trabalho, e a desigualdade educacional da população (Ferreira e Junior, 2010), ou seja, poderosas restrições inerentes ao sistema escolar, como a insuficiência de escolas, a entrada tardia, as taxas elevadas de reprovação e a intensa evasão (Cunha, 1980) aliadas à ineficiência de um processo educativo que ignora a realidade das crianças e adolescentes em situação de rua (CAMPOS et. al., 2000).

Ressalta-se o artigo de Conceição e Sdbrack (2004) que enfatizam, por meio das suas pesquisas,

Que a solução ideal para a questão dos meninos em situação de rua culminaria em seu retorno à convivência com seu núcleo familiar de modo harmonioso. Nas práticas institucionais esta perspectiva se confronta com as contradições não apenas dos modelos técnicos de atendimento, mas também com a questão estrutural mais ampla, que impede tanto os filhos como suas famílias como um todo de viverem a plena cidadania. (CONCEIÇÃO e SDBRACK, 2004, p. 285).

Diante disso, um conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos tem sido relacionado à saída das crianças e dos adolescentes para a rua. Estes jovens, em geral, vivem, juntamente com suas famílias, em condições de miséria, sendo apontado em alguns estudos que a saída para rua se deve, na maioria das vezes, a questões financeiras. Além disso, a violência intrafamiliar tem sido amplamente citada (Santana et.al., 2005). Entender sobre a rua é buscar em diversas concepções olhares diferentes sobre o mesmo assunto, enriquecendo assim os seus conhecimentos e agregando valor à sua pesquisa.

3.3 Fatores de risco e proteção

A princípio, deve-se conceituar o que é risco, uma vez que uma criança ou um adolescente estará em condição de risco quando seu desenvolvimento, seja psicológico, físico ou cognitivo, não estiver em conformidade com o esperado para sua faixa etária e da cultura na qual está inserido(a).

Dessa forma, o risco pode ser físico (doenças, prematuridade, problemas com nutrição, entre outros); social (com a exposição a ambientes violentos e a drogas) ou psicológico (consequência de abusos, negligência ou exploração). O uso de substâncias psicoativas, tanto lícitas quanto ilícitas, comportamentos sexuais promíscuos, relações sexuais sem proteção, contexto familiar desestruturado, ausência de referências e condição de rua, são aspectos que colocam em condição de risco crianças e adolescentes inseridos em todas as classes sociais (HUTZ e KOLLER, 1996).

De acordo com os estudos de Martins et. al. (2008), a pobreza é definida como uma situação de vida resultante de escassos recursos materiais, como ausência de moradia e alimentação.

A pobreza pode ser considerada um fenômeno econômico que se caracteriza por questões sociais e políticas sendo percebida como um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento humano, uma vez que ela pode se constituir uma ameaça ao bem-estar da criança e do adolescente, limitando seu desenvolvimento, principalmente pelas restrições às condições materiais de sobrevivência, como as necessidades básicas, incluindo aquelas de ordem afetiva, cognitiva e social (PRATTA e SANTOS, 2007).

O estado de pobreza muitas vezes origina circunstâncias negativas ao sujeito, como o desemprego, o abandono da moradia, o consumo de álcool e a violência no contexto familiar. Esses elementos de risco afetam significativamente o vínculo conjugal, desencadeando conflito entre os membros e afetando o relacionamento com a ausência de uma comunicação e afeto entre pais e filhos, interferindo o seu desenvolvimento e propiciando a saída de casa.

Conforme Martins et. al. (2008, p. 2) “famílias que estão em condição de exclusão social são mais vulneráveis a problemas relacionados à situação de miséria, sendo assim considerado um grave fator de risco para o sujeito”, já que a miséria é considerada um dos fatores de risco, percebido como universal, e as pesquisas referentes às crianças e aos adolescentes em situação de rua, relacionados à condição de miséria, indicam que a vivência na rua pode retardar o desenvolvimento psicológico em decorrência de experiências na qual estão expostos (HUTZ e KOLLER, 1996).

Crianças e adolescentes em condições de risco são seres humanos em desenvolvimento, que podem apresentar algumas características sadias, apesar das dificuldades impostas por um ambiente agressivo. Diante disso, para sobreviverem nas ruas terão que desenvolver táticas que podem expô-los a riscos e torná-los ainda mais vulneráveis (HUTZ e KOLLER, 1996).

Assim, a adolescência é uma fase de desenvolvimento apresentada por importantes modificações, em que são expostas a fatores de risco, contudo a presença ativa da família, da escola, dos pares e da comunidade nessa fase de modificações desses jovens, ajuda a reduzir as possíveis condutas de risco dos adolescentes, sendo a família um fator de proteção nessa etapa de desenvolvimento (MALTA et.al., 2011).

Manifesta-se também que os fatores de proteção são aqueles que atuam como moderadores em situações de riscos, fruto de um bom relacionamento familiar, competência materna, capacidade para transmitir valores, sucesso no desempenho escolar e vínculos fortalecidos com a escola (MALTA et.al., 2011).

Diante disso, os fatores de proteção e de risco podem ser identificados em todos os aspectos no decorrer da vida do sujeito. Entretanto, acredita-se que os fatores de risco são mais preocupantes em indivíduos que estão apresentando uma saúde deficiente, não recebendo informações e/ou orientações adequadas sobre a questão das drogas, com facilidade de terem acesso às substâncias psicoativas e dificuldade em se integrarem à comunidade. As deficiências nas políticas de educação, segurança, assistência social, economia e saúde parecem determinar a ocorrência da vulnerabilidade de crianças e adolescentes em situação de rua (MENDES et.al., 2012).

Nesse sentido, Pratta e Santos (2007) consideram que:

Crianças e adolescentes que crescem em um ambiente que se constitui como ameaça a sua saúde psicológica podem se tornar mais vulneráveis ao enfrentarem determinadas situações cotidianas, especialmente as ocorrências adversas. Entretanto, nem todos os indivíduos que vivenciam situações de risco apresentam problemas emocionais e ou comportamentais, o que evidencia a multidimensionalidade e plasticidade dos processos adaptativos. (PRATTA e Santos, 2007, p. 2).

3.4 Vulnerabilidade e resiliência

De acordo com os dados apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano (2014) as pessoas em situação de pobreza e carência extremas se encontram no centro dos mais vulneráveis.

Embora pesquisas indiquem que houve uma diminuição no índice de pobreza, mais de dois milhões de pessoas continuam a viver em situação de miséria. Esses dados revelam que mais de 15% da população mundial permanece vulnerável à pobreza, por outro lado 80% da população mundial não dispõe de proteção social. Isto significa que 842 milhões (12%) padecem de fome e 1,5 mil milhões de pessoas trabalham em regime de emprego precário ou informal.

Assim, mesmo diante do contexto apresentado acima, Hutz et.al. (1996) revelam que diante de situações estressantes o ser humano enfrenta essas condições de diversas formas, e até supera as dificuldades apresentadas por um ambiente agressivo e se desenvolve com padrões percebidos como normais, mantendo suas atividades educacionais e laborais sem alterações. É o caso de crianças que, mesmo diante das adversidades, permanecem frequentando a escola e obtendo atividades prazerosas.

Muitas pesquisas apresentam as dificuldades que as crianças em condição de rua encontram no Brasil, como exemplo o alto nível de stress e outros riscos que podem estar enfrentando. Esses são eventos considerados ameaçadores para o seu desenvolvimento tanto físico quanto psicológico (KOLLER, 1997).

A resiliência, conforme Rutter (1985) apud Hutz (1996, p. 80) “significa a capacidade de emitir uma ação com um objetivo definido e com uma estratégia de como alcançá-lo”. “Diante de ou durante uma situação de risco, isto é, a pessoa resiliente mantém-se adaptada e enfrenta com sucesso as demandas de seu desenvolvimento” (KOLLER, 1997, p. 1).

Já o termo vulnerabilidade é conceituado pelas autoras Hutz e Koller (1996, p. 80) como uma “predisposição individual para o desenvolvimento de psicopatologias ou de

comportamento ineficazes em situações de crise”. São respostas desajustadas a um ambiente adoecido, que resultam em sequelas ao desenvolvimento psicológico do sujeito, impedindo que responda de forma satisfatória ao estresse.

Pesquisas sobre os temas vulnerabilidade e resiliência vêm sendo muito abordados nos últimos anos, descrevendo fatores relacionados à competência social, competência acadêmica e ajustamento psicológico, além desses estudos são comprovados que os indivíduos não são resilientes em todas as áreas, ou seja, as pessoas respondem ao ambiente estressante de forma diferente, dependendo das circunstâncias que lhes são apresentadas. Isto é, a resiliência se distingue à medida que as situações do ambiente se modificam (HUTZ et. al., 1996).

Estudos vêm apresentando que o ambiente escolar, assim como a dinâmica familiar, tem um papel significativo no desenvolvimento infantil, tanto podendo aumentar o risco quanto podendo ser um fator de proteção para a criança ou o adolescente. Um fator de risco seria as estruturas físicas da instituição escolar, ou seja, escolas grandes favorecem maior evasão dos alunos, sendo as escolas com estruturas menores mais protetivas (RUMBERGER, 1987 apud HUTZ et.al., 1996, p. 82).

Entretanto, o ambiente escolar favorece oportunidades de os alunos aprenderem a lidar com um ambiente agressivo, levando assim à redução de comportamento de risco e promovendo habilidades que serão capazes de contribuir para a resolução de problemas em certas dificuldades e de obter experiências de sucesso quando expostos a elas.

Conforme Koller (1997) descreve,

Uma pessoa em desenvolvimento, que sofre um estressor, não volta a forma original, porque a experiência do evento se soma as suas experiências anteriores. Este diferencial desvela-se após a retirada do estressor. Se a pessoa for frágil, ficará mais vulnerável, se for mais forte e contar com fatores de proteção, mostrará sua resiliência. (KOLLER,1997, p.2).

Pesquisas têm revelado três tipos de fatores de resiliência que podem ser reforçados no ambiente escolar: a acadêmica, a emocional e a social. Na primeira, a escola pode facilitar o aumento e o reforço de habilidade em resolver problemas, capacitando professores para auxiliar os alunos nessa mediação e reduzindo as vulnerabilidades na criação de estratégias para lidar em situações difíceis. Além disso, pode ser observada pelo bom desempenho escolar e na participação das atividades culturais e na resolução das tarefas (KOLLER, 1997).

Em se tratando do segundo aspecto, a resiliência emocional, ela pode ser adquirida por meio de práticas que promovam a autoestima, autoeficácia, autonomia e confiança, oportunizando aspectos de sucesso no desenvolvimento de seus alunos.

O terceiro aspecto de resiliência é a social. Nela a instituição escolar tem uma função significativa, promovendo relações de amizades, grupos de trabalho, grupos de atividades esportivas, impedindo envolvimento delinquentes, supervisão parental, relacionamentos familiares estruturados, agregando valores das relações sociais e a importância dessa interação no desenvolvimento da criança e do adolescente (Hutz e Koller, 1996). Além disso, as crianças e os adolescentes apresentarão a capacidade de empatia e senso de pertencimento (KOLLER, 1997).

Sendo assim, para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade, a escola terá o papel de apoiá-los e protegê-los contra qualquer ato que possa violar os seus direitos, contra violência e ambientes estressantes. Contudo, ainda em nossa realidade, muitas instituições escolares se preocupam apenas com o desempenho acadêmico de seus alunos, mensurando seus resultados por meio de avaliações periódicas, deixando em segundo plano as preocupações a respeito de como identificar os fatores de risco e de ampliação dos fatores de proteção de seus alunos (KOLLER, 1997).

Além disso, outro fator de extrema importância é a instituição familiar, que pode ser um propiciador de resiliência ou vulnerabilidade no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Uma boa relação no ambiente familiar, competência materna e capacidade de transmitir valores são fatores que favorecem o desenvolvimento da resiliência. Mesmo quando as crianças são desprovidas ou desprivilegiadas financeiramente, as atitudes positivas dos genitores ou de seus representantes, sobre a importância da educação, ajudariam as crianças a serem mais competentes.

Diante disso, se desejarmos conduzir programas sociais capazes de obter melhores prognósticos e qualidade de vida das populações pobres marginalizadas, teremos que produzir o conhecimento necessário para entender com clareza qual o nível de estresse produzido pelos fatores da vida e do cotidiano.

A investigação dos fatores e processos psicológicos e sociais que protegem os indivíduos e os tornam menos vulneráveis ao estresse durante a vida em situação de extrema pobreza, poderá não apenas dar uma contribuição teórica ao estudo da resiliência, mas também gerar conhecimento capaz de subsidiar programas comunitários, preventivos e educacionais, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida de grupos marginalizados ou que vivem em situação de miséria (HUTZ e KOLLER, 1996).

O acesso universal aos serviços sociais básicos pode elevar as competências sociais e reduzir a vulnerabilidade, pode constituir um poderoso fator de equalização das oportunidades (HUTZ e KOLLER, 1996).

Uma educação pública universal com qualidade cria potencialidades, por exemplo, para estreitar o que existe entre a educação das crianças provenientes de famílias ricas e pobres, conforme o Relatório do Desenvolvimento Humano (2014).

Portanto, pesquisas revelam que crianças em condição de rua podem ser resilientes, uma vez que apresentam características psicológicas sadias, apesar do seu contexto nas ruas ser hostil.

Embora esse ambiente seja estressante, originando vulnerabilidade emocional, social e cognitiva, as crianças e os adolescentes desenvolvem estratégias para lidar com estas situações de risco. Isso significa que a rua exige que desenvolvam habilidades e apresentem estratégias de adaptação e resistência para lidarem com esses fatores de risco. Habilidades criadas para a sua própria sobrevivência e segurança (KOLLER, 1996).

3.5 Políticas públicas

O atendimento a crianças e adolescentes é uma das principais áreas de interlocução em que o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria, a Segurança Pública, a Assistência Social, a Saúde e a Educação podem atuar para unificar os procedimentos em conformidade ao que prega o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (SALZGEBER, 2012).

Santana et. al. (2005) aponta, dentre os programas de atendimento a crianças e adolescentes, as instituições e programas governamentais, não-governamentais, religiosos, ONGs (em parceria com o poder público), assistência social, por meio de programas e benefícios socioassistenciais.

Outra perspectiva que deve ser enfatizada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua é a abordagem feita por educadores sociais, que compõem a chamada Educação Social de Rua. Esta atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo da construção e fortalecimento de vínculo entre o educador, a criança e o adolescente (MORAIS e KOLLER, 2012).

Por meio dessa abordagem, os atendimentos são oferecidos com o objetivo de garantir o desenvolvimento de habilidades e competências, isto é, por intermédio da música, da dança e do esporte, evita-se o envolvimento dessas crianças com o uso de drogas, comportamento sexual de risco, delinquência e com a saída de casa.

As famílias dessas crianças e adolescentes também são atendidas pelos educadores de rua, desenvolvendo atendimentos e encaminhamentos – atendimento psicoterápico, saúde, situação previdenciária, empregos etc. (Morais e Koller, 2012 apud Moraes, 2009), prestando

os mais diversos serviços, tais como: fornecimento de alimentação, educação, lazer e prestação de cuidados com a higiene e a saúde (SANTANA et. al., 2005).

Desde a década de 1990, as instituições estão sendo adequadas às configurações organizativas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Isto significa tratar as crianças e os adolescentes atendidos como sujeitos de direitos e deveres, o que na prática implica uma série de mudanças, como, por exemplo, a garantia de acesso à educação formal, assim como o privilégio da permanência do jovem em uma família e comunidade, em detrimento à institucionalização.

Ferreira et.al. (2010) esclarecem que as políticas públicas de transferência de renda parecem ampliar as possibilidades de crianças e adolescentes se manterem na instituição escolar, mas estas devem ser complementadas por políticas públicas atrativas, para que se mantenham nas escolas, retirando-os assim da situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Diante disso, o corpo docente deve voltar sua atenção para os níveis de escolaridade, os níveis diferenciados de acesso, abandono escolar, reprovação e de aprendizagem que a instituição escolar é capaz de fornecer e garantir. Esses serviços podem contribuir para minimizar as desigualdades sociais vigentes, concretizando a distribuição dos benefícios em favor dos mais vulneráveis – incluem-se os programas socioassistenciais, como Bolsa Família ou Bolsa Escola – e o encurtamento do deslocamento das crianças até a unidade escolar. Essa medida poderia ser solucionada com escolas próximas à moradia dos estudantes ou por meio de transporte escolar (FERREIRA et.al., 2010).

A literatura assinala três aspectos relevantes de recursos dos quais as famílias podem dispor e que impactam as chances educacionais de crianças e adolescentes: o capital econômico, que é medido pela renda financeira e que indica as possibilidades de as famílias proporcionarem certas condições para seus filhos; o capital cultural, medido pelo nível de escolaridade dos pais ou consumo cultural da família; e o capital social, que é percebido pela relação entre pais e filhos, ou seja, a atenção que os adultos podem fornecer às crianças (BOURDIE, 2001 apud FERREIRA et.al., 2010).

Assim, é necessária a formulação de políticas públicas para uma atuação mais eficaz, além de conhecer mais detalhadamente a realidade das crianças e/ou adolescentes, bem como sua família, e ampliação da condição e conceito de cidadania.

4 MÉTODOS

4.1 Objetivo Geral

Conhecer a trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua do município de Corumbá/MS, no ano de 2017.

4.2 Objetivos Específicos

- Levantar informações a respeito do percurso escolar: repetência, evasão, frequência, desempenho escolar e transferências.
- Buscar fatores que propiciam a saída da instituição escolar ou de permanecerem nela.
- Verificar a participação de alguma atividade no contraturno escolar.
- Conferir a inserção de algum programa socioassistencial de transferência direta de renda: Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale Renda.
- Averiguar o relacionamento dos adolescentes em situação de rua junto aos demais alunos, pais e professores.

4.3 Caracterização da pesquisa

Esse é um estudo de levantamento por amostragem, com enfoques quantitativo e qualitativo. Para o desenvolvimento do presente estudo foi adotado como método de pesquisa o descritivo de abordagem qualitativa.

Descritivo pelo fato de ser detalhado, interpretado e com representação dos elementos obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada aplicada aos adolescentes.

Quantitativo pela estrutura da coleta de dados, já que as variáveis foram organizadas e agrupadas em categorias no que se pretendeu avaliar. Já o qualitativo, no sentido de ser o mais indicado ao tratar-se de dados subjetivos, uma vez que permite a obtenção de informações do contexto de vida dos sujeitos investigados, dos significados atribuídos às experiências vivenciadas (ZHANG apud BAZON, 2013).

4.4 Participantes da pesquisa

Os participantes do presente estudo foram cinco adolescentes em condição de rua, ou seja, os que passam a maior parte do dia nesse local, sem o monitoramento de um adulto, encaixados em mais de um indicador levantado pelos autores Campos e Rodrigues (2008):

A utilização da rua como local de moradia, de trabalho (informal), de lazer, de construção e vivência de relações socioafetivas; falta de proteção/orientação por adultos responsáveis, ou seja, ausência de suporte familiar; abandono da escola; vínculo familiar e comunitário fragilizado ou inexistente; uso de substâncias psicoativas; práticas de mendicância e de delitos; aspectos de abandono e descuido com a aparência. (CAMPOS e RODRIGUES, 2008, p. 328).

Os participantes foram os adolescentes que são atendidos pela equipe do CREAS Pop durante as abordagens noturnas; os que estão em acolhimento institucional, por terem passado pelas ruas pelos últimos seis meses, e os que são atendidos pelo CAPSi, em decorrência de fazerem uso ou abuso de substâncias psicoativas; de faixa etária de até 17 anos incompletos, período de idade máxima que o ECA considera como adolescente, de ambos os sexos.

Os encontros foram realizados durante dois meses, por meio da participação em reuniões no CAPSi, abordagens noturnas em pontos específicos e vulneráveis do município com a participação da equipe do CREAS Pop e do Conselho Tutelar. Além disso, atendimentos individuais em um espaço fornecido pela coordenadora da Casa de Acolhimento Laura Pinheiro, para obter informações com os adolescentes abrigados.

Os critérios para os adolescentes aderirem ao presente estudo foram os de voluntariado. A exigência de seleção para compor a pesquisa consistia em que os participantes estivessem em situação de rua e acompanhados pelas instituições vinculadas à Prefeitura Municipal de Corumbá. Inicialmente apresentamos o objetivo da pesquisa a dez adolescentes que se encaixavam no estudo proposto, dois inseridos na casa de acolhimento, uma adolescente acompanhada pelo CAPSi e sete adolescentes em condição de rua. Contudo no decorrer da coleta de dados, uma delas não deu continuidade ao tratamento no CAPSi por se evadir da casa de acolhimento, interrompendo assim a entrevista; quatro adolescentes durante as abordagens do CREAS Pop iniciaram a entrevista e por estarem sob efeito de substâncias psicoativas não conseguiram concluir de forma satisfatória pela dificuldade no entendimento as perguntas feitas pela pesquisadora, invalidando assim o roteiro. Diante disso, totalizamos nossa pesquisa com cinco adolescentes, dois inseridos na casa de acolhimento e três acompanhados pelo CREAS Pop.

Os pesquisados foram compostos por adolescentes entre faixa etária de 12 a 17 anos, com ensino fundamental incompleto, pertencentes à classe social menos favorecida, residentes nos municípios de Corumbá, Anastácio e nos países Chile, Argentina e Bolívia.

É importante destacar as dificuldades apresentadas no decorrer da seleção dos adolescentes participantes do estudo. Uma delas foram as ausências dos adolescentes nas atividades no CAPSi, por terem feito uso e abuso de drogas dias antes de irem ao grupo proposto pela instituição.

Outra dificuldade ocorreu durante as abordagens noturnas feitas pelo CREAS Pop. Algumas vezes os adolescentes não tinham plena consciência ao participarem da entrevista, por terem usado substâncias poucas horas antes, gerando dificuldade para compreensão do que a aplicadora estava perguntando, invalidando assim as informações contidas durante a entrevista.

Devido às dificuldades apresentadas acima, o estudo iniciou com um número de dez adolescentes e foi finalizado com um número menor de participantes, totalizando uma amostra de cinco adolescentes.

4.5 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada por meio da intervenção de algumas instituições vinculadas à Prefeitura Municipal de Corumbá: CREAS Pop, CAPSi, Casa de Acolhimento Laura Pinheiro.

O Centro de Referência Especializado à População em Situação de Rua, CREAS Pop, conforme exposto nas orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2011), constitui-se uma unidade de referência da PSE de Média Complexidade, cuja natureza é pública e estatal, com o objetivo de fortalecimento da autonomia e das potencialidades dessa população, visando a construção de novas trajetórias de vida.

Oferece atendimentos especializados para pessoas e/ou suas famílias na garantia de acesso aos direitos fundamentais (Costa, 2013), por meio de uma equipe multidisciplinar nas áreas assistenciais, jurídicas e psicológicas que realiza contatos diretos nas ruas observando os pontos de maior circulação de crianças e adolescentes nesses locais, facilitando uma aproximação entre pesquisador e pesquisado.

O Centro de Atendimento Psicossocial – CAPSi atende crianças e adolescentes com transtornos mentais – rede de atenção à saúde mental – e crianças e

adolescentes que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas. Oferece atendimento diário aos usuários do programa com atividades grupais e individuais, além de oferecer atendimento médico, psicológico, odontológico e terapêutico.

É realizado também atendimento individual aos adolescentes que estão em situação de rua, e são inseridos na Casa de Acolhimento Laura Pinheiro, abrigo destinado a crianças e adolescentes a partir dos seis anos de idade. A Casa conta com uma equipe de educadores(monitores), psicólogo, pedagogo e assistente social.

4.6 Instrumento utilizado para coleta de dados

Para traçar o perfil das características das crianças e dos adolescentes foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento para a coleta de dados, que foi dividida em categorias para melhor entendimento e objetividade dos dados.

Elaborada com base em fundamentação teórica de acordo com o modelo adaptado por Tavares e Lima (2004), o instrumento original contém 128 questões, das quais foram selecionadas 47 perguntas que se encaixavam no estudo proposto para coleta de dados, que foram agrupadas em seis categorias compostas por dados sociodemográficos, características familiares, dados escolares, práticas religiosas, eventos estressores e situação de rua ou vulnerabilidade.

As perguntas foram empregadas para colher informações a respeito da trajetória das crianças e dos adolescentes em situação de rua, com o objetivo de buscar dados sobre os aspectos sociodemográficos, categoria composta com doze perguntas desenvolvidas com a finalidade de obter informações a respeito de gênero, cor, religião, renda familiar, estado civil, idade e escolaridade.

A categoria sobre ‘características familiares’ foi composta por oito perguntas relacionadas à escolaridade dos pais, número de irmãos, relacionamento com os cuidadores, afetividade, conflitos e regras.

As perguntas relacionadas aos ‘dados escolares’ colhiam informações sobre variáveis relacionadas à repetência, à alfabetização, à evasão escolar e ao desempenho.

Em se tratando das ‘práticas religiosas’, havia duas perguntas sobre a religião a qual pertencia e se creem em Deus.

A categoria sobre ‘eventos estressantes’ referiu-se a perguntas destinadas a obterem informações sobre doença, uso de álcool ou droga e violência no ambiente familiar. A

categoria sobre ‘situação de rua e vulnerabilidade’, continha questões destinadas ao tempo em que permanece ou ficou na rua, atividades realizadas nesse local, contato com os familiares e violência na rua.

De acordo com Boni e Quaresma apud Bazon et. al. (2013):

A forma estruturada colabora na investigação de determinados aspectos afetivos e valorativos pesquisados junto aos informantes, que determinam significados pessoais atribuídos às experiências; isso é favorável também para se observar a percepção dos adolescentes daquilo que estão narrando. (BONI e QUARESMA apud BAZON et. al., 2013, p. 182).

Logo após o término das entrevistas foram realizadas observações e transcrições das falas a respeito das informações durante a aplicação da entrevista.

4.7 Procedimento

Para que fosse realizado o presente estudo, foi enviado ao poder judiciário, comarca do município de Corumbá-MS, Vara de Infância, um ofício solicitando autorização para realização da pesquisa, por se tratar menores de idade.

Após a autorização necessária para o andamento da pesquisa, fez-se um contato prévio com as instituições CREAS Pop; casas de acolhimento e CAPSi. A pesquisadora se dirigiu às instituições munida da carta de apresentação homologada pela Universidade Federal do Mato Grosso de Sul – Campus do Pantanal, e dos termos de consentimento, apresentando o objetivo do estudo à coordenadora de cada instituição e entregando um documento esclarecendo a pesquisa e solicitando a autorização para sua realização. Para crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas, solicitamos a assinatura dos termos de consentimento pelos próprios educadores sociais.

Após a aprovação e a autorização dos responsáveis por cada repartição pública e dos órgãos de proteção à criança, por meio da assinatura de um termo de autorização, deu-se início à pesquisa.

Antes da aplicação da entrevista foram fornecidas informações aos pesquisados a respeito do objetivo do estudo e assegurando a confiabilidade dos dados coletados. Em seguida, todos os participantes assinaram o termo de consentimento permitindo a publicação de tais informações, resguardando-os a identidade. Foi fornecida uma cópia do termo com informações do procedimento do estudo.

4.8 O processo de coleta de dados

A princípio, o processo da coleta de dados foi realizado em uma única ocasião, com entrevistas sendo aplicadas individualmente, com cada adolescente. Foram efetuadas pela pesquisadora responsável pelo estudo, durante os meses de maio e setembro do ano de 2017, na própria instituição, no município de Corumbá-MS, retornando nos meses de outubro e novembro do mesmo ano à Casa de Acolhimento Laura Pinheiro e ao CAPSi, para solucionar dúvidas que surgiram no decorrer da pesquisa.

Nos encontros que aconteceram na casa de acolhimento, as entrevistas foram realizadas em um ambiente na área externa do abrigo, mas esse local não foi apropriado, já que ficava na frente do portão que dá acesso à entrada do abrigo e ao chegar uma pessoa no local, todas as crianças se deslocavam até a varanda para receber o visitante, fazendo com que o adolescente entrevistado permanecesse disperso por alguns minutos ao que era lhe perguntado, interrompendo a entrevista. Foi percebido que a Casa de Acolhimento só dispunha de uma sala de atendimento, ocupada pela coordenadora da instituição durante a coleta de dados.

A coordenadora foi muito solícita em colaborar com a pesquisa. Os conselheiros tutelares repassaram informações relevantes a respeito das crianças e dos adolescentes que estavam acolhidos e daqueles que poderiam se encaixar na presente pesquisa.

No CAPSi a aplicação da entrevista foi logo após o término do grupo com os adolescentes, que ocorria durante as segundas-feiras, ministrados por uma psicóloga da unidade.

A coleta de dados também ocorreu em alguns pontos específicos de maior circulação na cidade, onde os adolescentes estavam realizando atividade para receber um “trocado”, se posicionando em semáforos para apresentarem malabares e nas praças de maior movimentação da cidade com vendas de artesanato (pulseiras, brincos, colares, etc.).

É relevante destacar que os adolescentes que se encontravam sob efeito de substâncias não foram selecionados a participar da pesquisa, pela dificuldade em compreenderem o que seria perguntado durante a entrevista. Eles apenas recolhiam o lanche fornecido pela equipe do CREAS Pop, agradeciam e voltavam para o mesmo local que estavam. Houve um total de quatro adolescentes não selecionados na pesquisa.

O tempo gasto para a realização da entrevista semiestruturada não foi determinado pela entrevistadora aos participantes, o tempo de aplicação foi livre, mas cada entrevista durou entre 40 minutos e duas horas por participante, em média. As que ocorreram com

menor duração foram aplicadas na rua, com a intervenção do CREAS Pop durante as abordagens. O curto prazo se deu pelo próprio contexto em que os adolescentes estavam, com o intuito de recolher o lanche para se alimentarem e retornar às suas atividades.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 Análise descritiva

Cinco adolescentes fizeram parte desse estudo: três em condição de rua e dois em uma instituição de acolhimento. Além disso, um dos adolescentes da Casa de Acolhimento também frequentava o CAPSi.

É relevante destacar que uma adolescente não deu continuidade à entrevista, por interromper o tratamento no CAPS e evadir do abrigo, e quatro adolescentes, durante a abordagem de rua, não conseguiram concluir o roteiro de entrevista por estarem sob efeito de substâncias.

Os adolescentes foram submetidos a uma entrevista contendo quarenta e sete questões. Dessas questões, quarenta e duas foram selecionadas e divididas em categorias, para melhor visualização. Durante a apresentação dos resultados os nomes dos adolescentes serão fictícios para melhor entendimento.

As doze primeiras perguntas descreveram a categoria referente aos dados sociodemográficos, que caracterizam a população entrevistada.

Dos adolescentes entrevistados, três são do sexo masculino e dois do sexo feminino (Tabela 1), indicando que o sexo masculino prevaleceu no estudo proposto.

Quanto à faixa etária dos adolescentes, observa-se por meio dos dados apresentados na Tabela 1 que dois apresentam dezessete anos de idade, um com quatorze anos, um com doze anos e um adolescente com quinze anos. Percebe-se a idade mínima de 12 anos e máxima de 17 anos, idade essa predominante durante a entrevista.

Ainda de acordo com os dados apresentados na Tabela 1, referente ao estado civil dos entrevistados, os cinco adolescentes declararam ser solteiros, porém três deles têm uma vida sexual ativa.

Já em se tratando da naturalidade e da nacionalidade, uma adolescente é de nacionalidade boliviana, uma adolescente argentina, um adolescente do Chile e dois

brasileiros. Entre os brasileiros, um adolescente é natural de Sinop-MT e o outro de Anastácio-MS.

Ao ser perguntado sobre a renda familiar, notou-se que os cinco adolescentes responderam não possuírem renda fixa, apenas um dos adolescentes que se encontra na casa de acolhimento informou que quando residia com o genitor, o provedor, recebia um benefício socioassistencial no valor de duzentos e dois reais do Bolsa Família. Ao ser perguntado sobre o valor dos salários dos cuidadores, os adolescentes não souberam informar, mas quatro deles disseram receber menos de um salário mínimo, por não possuírem renda. Além disso, os entrevistados informaram que as profissões dos provedores da família eram pedreiro, reciclador, diarista e vendedora.

Quanto à escolaridade dos adolescentes constatou-se que todos têm o ensino fundamental incompleto, e dentre eles apenas os dois que estão atualmente no abrigo frequentam a instituição escolar.

Para a escolha dos entrevistados, o nível de escolaridade não foi um critério para aplicação da entrevista, contudo, pelos dados apresentados, verificou-se que o nível de escolaridade mais citado foi o de ensino fundamental incompleto. Confirmou-se, a partir das entrevistas, uma grande dificuldade no entendimento das perguntas apresentadas, possivelmente em decorrência da nacionalidade da maioria dos participantes.

Na pergunta de número nove, alusiva às atividades remuneradas exercidas pelos adolescentes, verificou-se que três dos adolescentes praticam malabares, vendem bijuterias e são mendicantes; um passavam a maior parte do tempo soltando pipas e vendendo as que confeccionavam, mas também era pedinte; um adolescente disse que antes de ser inserido no abrigo residia com o avô na Bolívia e assaltava no País vizinho para sobreviver.

Eu acho que matei uma mulher, mas não tenho certeza. [...] A gente assaltava para conseguir dinheiro para comer e usar drogas. (Gabriel, 14 anos, Anastácio, 2017).

Quando não tenho dinheiro para comer peço na frente dos restaurantes. (Patrícia, 17 anos, Argentina, 2017).

Eu pedia nas casas quando tava com fome. (Emanoel, 12 anos, Sinop/MT, 2017).

Ao ser perguntado sobre as condições de moradia, foi constatado que um adolescente residia em uma casa cedida com o genitor e dois irmãos em Corumbá antes de ser inserido no abrigo; um residia em uma casa alugada com os tios na cidade de Anastácio e posteriormente Bolívia com o avô; um adolescente do Chile dormia em uma casa cedida por um artesã em

Corumbá-MS; e duas adolescentes moravam com os cuidadores, em casa própria no País da Bolívia e Argentina, respectivamente, antes de irem para rua na cidade de Corumbá.

Ressalta-se que, entre os entrevistados, dois adolescentes residem atualmente em uma casa de acolhimento e três adolescentes em condição de rua. É relevante destacar que um dos adolescentes que encontra-se no abrigo, embora passasse bastante tempo na rua retornava ao seu local de moradia, isto é, não se desvinculou do âmbito familiar, contudo, devido às diversas vezes que o adolescente dormia nesse ambiente não apropriado, o Conselho Tutelar preferiu levá-lo para a Casa de Acolhimento.

Tabela 1 - Distribuição dos dados sociodemográficos aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017

| | Frequência |
|---|-------------------|
| Gênero | |
| Masculino | 3 |
| Feminino | 2 |
| Faixa etária | |
| 12 a 14 | 2 |
| 15 a 17 | 3 |
| Estado civil | |
| Solteiros | 5 |
| Nacionalidade | |
| Brasileira | 2 |
| Argentina | 1 |
| Boliviana | 1 |
| Chilena | 1 |
| Renda familiar | |
| Não tem renda fixa | 5 |
| Escolaridade | |
| Ensino fundamental incompleto | 5 |
| Atividades realizadas (trabalho): | |
| Informais (malabares, venda de bijuterias, pipas e mendicância) | 4 |
| Ilegais (assaltos) | 1 |
| Condições de moradia | |
| Casa de acolhimento | 2 |
| Condições de rua (ajuda de outros e/ou barracas) | 3 |

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2017.

Os resultados obtidos e retratados na Tabela 2, sobre as características familiares, serão analisados a partir de oito perguntas.

Dentre os dados colhidos na pergunta referente ao relacionamento com os cuidadores, notou-se que os cinco adolescentes têm um bom relacionamento com os cuidadores. Foi percebido que embora tivessem informado uma boa relação na pergunta mencionada, apenas dois adolescentes têm contato com os familiares. Um deles se encontra no abrigo e recebe semanalmente a visita do pai e do irmão, e o outro informou conversar mensalmente com a genitora, que reside no Chile, por meio das redes sociais (Facebook). Constatou-se que todos os adolescentes entrevistados são de pais separados.

Ao tratar sobre o nível de escolaridade dos cuidadores, um adolescente informou que seus pais são analfabetos e quatro adolescentes não souberam informar com precisão.

Em conformidade com a Tabela 2, os dados apontam o número de irmãos dos adolescentes. Verificou-se que um adolescente possui dois irmãos; um com sete irmãos; um com cinco irmãos e dois adolescentes informaram não possuir irmãos.

Na pergunta dezesseis foi investigada a demonstração de afeto entre os membros familiares e constatou-se que todos os entrevistados tinham uma boa relação de carinho quando conviviam com eles, porém dois dos adolescentes disseram não ter uma boa relação com o padrasto, ocasionando muitas discussões e brigas no ambiente familiar. Um adolescente disse ter muita saudade da mãe, já o outro informou sentir falta dos pais que se encontram no presídio:

Sinto falta da minha mãe que abandonou nós. [...] (Emanoel, 12 anos, 2017)

Meus tios levava a gente pra comer. [...] meus pais estão presos, faz muito tempo que não vejo eles. Saudade. (Gabriel, 14 anos, 2017).

Em se tratando da pergunta que buscou avaliar a existência de conflitos entre os membros familiares, dois disseram ter problemas com o padrasto, um tem conflitos com o irmão mais velho e dois informaram não ter conflito nenhum, já que não passava muito tempo na companhia dos familiares.

Brigo com meu irmão e meu pai não faz nada, nem liga. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Recebia carinho da minha mãe, meu padrasto não gosta de mim. (Fabio, 17 anos, 2017).

A respeito da pergunta referente aos elogios dos cuidadores em relação aos jovens entrevistados, dois deles informaram receber elogios do cuidador e três disseram não lembrar

de terem recebido elogios, apenas reclamações em decorrência das notas escolares quando o boletim era apresentado.

Em seguida foram feitas duas perguntas que se completavam: uma se refere às regras no âmbito familiar e a outra sobre o monitoramento dos cuidadores em relação às atividades realizadas pelos adolescentes. No primeiro item, um adolescente disse que existia regras no núcleo familiar e quatro relataram não existir. A respeito da segunda pergunta, percebeu-se que o entrevistado que respondeu não existir regras na dinâmica da família no item anterior, declarou na resposta seguinte que o genitor o acompanhava no trajeto de casa à escola, mas na saída da instituição ele voltava sozinho e era nesse momento que o adolescente não retornava para casa.

Dessa forma, ao tratar sobre o monitoramento das atividades dos adolescentes pelos cuidadores, dois responderam existir monitoramento das atividades exercidas pelos adolescentes e três disseram não possuir acompanhamento dos passos deles:

Ia dormir no mato por causa das pipas. [...] meu pai deixava nós na porta da escola e eu voltava sozinho daí ia soltar pipa. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Tabela 2 - Distribuição dos dados referentes à categoria ‘características familiares’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017

| | Frequência |
|--|-------------------|
| Relacionamento com o cuidador | |
| Bom | 5 |
| Ruim | - |
| Escolaridade dos pais | |
| Analfabeto | 1 |
| Não sabem | 4 |
| Nº de irmãos | |
| 1-3 irmãos | 2 |
| 5-7 irmãos | 1 |
| Não tem irmãos | 2 |
| Expressão de afeto | |
| Sim | 5 |
| Não | - |
| Conflitos entre os membros familiares | |
| Sim | 3 |
| Não | 2 |

| | |
|---|---|
| Elogios dos cuidadores com os adolescentes | |
| Sim | 2 |
| Não | 3 |
| Regras no ambiente familiar | |
| Sim | 1 |
| Não | 4 |
| Monitoramento | |
| Sim | 2 |
| Não | 3 |

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2017.

Na parte III da entrevista tratamos sobre os dados escolares, essa foi uma das categorias mais importantes do levantamento. Foram realizadas quatorze perguntas, e a distribuição e a porcentagem podem ser observadas na Tabela 3.

Dos entrevistados, apenas dois adolescentes estão matriculados em uma instituição escolar e três deles não estudam faz dois anos. É importante ressaltar que os adolescentes que estão vinculados a uma instituição são os mesmos que se encontram inseridos em uma casa de acolhimento. No contraturno eles participam do projeto CAIJ, com atividades de capoeira, karatê, teatro, reforço escolar e idiomas – inglês e espanhol. Além disso, os cinco entrevistados informaram saber ler e escrever.

Na pergunta vinte e três levantou-se informações sobre módulo ou série que os adolescentes estão cursando. As que prevaleceram foram a quinta e sexta séries, isto é, os cinco adolescentes se encontram no módulo intermediário, ensino fundamental incompleto.

Em seguida foi perguntado sobre o nível de reprovação em sua trajetória escolar. Todos os entrevistados relataram que haviam sido repetentes por mais de duas vezes e os motivos relatados foram o comportamento inadequado em sala de aula e a dificuldade no aprendizado.

Bagunçava na escola. (Gabriel, 14 anos, 2017).

Brincava na escola. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Não gostava de estudar. (Fabio, 17 anos, Chile, 2017).

Não entendia nada que a professora explicava. (Patrícia, 17 anos, 2017).

Indagados se já tinham sido suspensos durante a trajetória escolar dois adolescentes informaram que por várias vezes, e três deles disseram que nunca foram suspensos da instituição escolar.

Várias vezes por brigas. (Gabriel, 14 anos, 2017).

Porque eu fugia da escola e briguei com os alunos porque me chamaram de Sandália. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Já no item relacionado à evasão escolar (pergunta de n. 26), quatro adolescentes disseram que já fugiram da escola e um disse que não fugiu. Foi questionado pela entrevistadora sobre a divergência na pergunta anterior, a respeito da evasão e da suspensão, um dos adolescentes informou que sua ausência não era percebida pela coordenação escolar.

Fugi do CAIJ para brincar de pipa. (Emanoel, 12 anos, 2017).

O supervisor não sabia que eu fugia. (Fabio, 17 anos, 2017).

Por meio das entrevistas ainda foi possível perceber que dois se mantinham estudando e três dos adolescentes não frequentavam a escola. Os motivos justificados pelas ausências ou abandono escolar foram: preguiça, doença e desinteresse em estudar, contudo quando foi perguntado sobre o desempenho escolar três adolescentes disseram que era baixo, quando estavam estudando, um afirmou que era regular e um adolescente respondeu que era bom, mas que havia nota vermelha no boletim.

Um deles afirmou: “Não tenho saco para estudar. [...]meu país está em guerra” (Felipe, 17 anos, Chile, 2017).

Em relação às possíveis transferências de instituições escolares, todos os entrevistados relataram que nunca foram transferidos. Em seguida, ao ser perguntado sobre o interesse em estudar, três disseram que não gostam de estudar e dois responderam que gostam, por terem a oportunidade de realizar seus sonhos. É importante destacar que os dois adolescentes que demonstraram interesse em estudar são os que estão inseridos no abrigo.

Aprendo muitas coisas na escola. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Meu sonho é ser bombeiro. (Gabriel, 14 anos, 2017).

Com relação à pergunta que tratou dos motivos de se manterem estudando ou terem se ausentado do âmbito escolar, dois dos entrevistados relataram que frequentam a escola para realizar seus sonhos e ajudar o genitor; dois se ausentam por estarem viajando pelo mundo e não ter tempo para voltar a estudar, por outro lado uma adolescente respondeu não saber como retornar para a escola, por ser de outra nacionalidade e por se encontrar em condição de rua.

Não sei como voltar para a escola, porque sou boliviana e moro na rua. (Melissa, 15 anos, boliviana, 2017).

Vou estudar para ajudar meu pai. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Em se tratando da pergunta de número trinta e dois, sua finalidade foi levantar informações a respeito do relacionamento entre os adolescentes e os docentes. Percebeu-se que quatro adolescentes têm ou tiveram um bom relacionamento com os professores e um relatou não ter um bom relacionamento com os professores.

Briguei com o professor porque me chamou de fujão. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Gosto dos professores, teve um que me levou para desfilar à noite. (Gabriel, 14 anos, 2017).

Meus professores era bom, eu sentava atrás na sala de aula. (Fabio, 17 anos, 2017).

Em seguida, foi abordado sobre o relacionamento com os demais alunos da escola e levantou-se informações sobre a interação dos adolescentes durante a trajetória escolar. Foi constatado que todos têm ou tiveram amigos na escola, embora bem pouco, comparado aos que têm na rua.

Os amigos de verdade estão aqui comigo. (Fabio, 17 anos, 2017).

Tenho amigos por todo lugar do mundo, tenho facilidade em fazer amigos. (Patrícia, 17 anos, 2017).

Tenho mais de vinte amigos disse o Gabriel, 14 anos, 2017.

Ao tratar da concepção dos adolescentes sobre o comportamento deles na instituição escolar, todos responderam ter um comportamento insatisfatório, ou seja, os cinco adolescentes. Entre as qualidades que foram atribuídas a eles próprios foram: ser briguento, perturbador, dorminhoco e fujão.

Eu perturbava os outros na escola. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Eu sentava lá atrás só para bagunçar. [...] eu dormia em sala disse Fabio, 17 anos, 2017.

Eu era muito briguento. (Gabriel, 14 anos, 2017).

Tabela 3 - Distribuição dos dados da categoria ‘dados escolares’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017

| | Frequência |
|---|------------|
| Estudam atualmente | |
| Sim | 2 |
| Não | 3 |
| Sabem ler e escrever | |
| Sim | 5 |
| Não | - |
| Escolaridade dos adolescentes | |
| Ensino fundamental incompleto | 5 |
| Repetência na trajetória escolar | |
| Sim, mais de duas vezes | 5 |
| Não | - |
| Suspensão na trajetória escolar | |
| Sim | 2 |
| Não | 3 |
| Evasão na trajetória escolar | |
| Sim | 4 |
| Não | 1 |
| Frequência escolar | |
| Sim | 2 |
| Não | 3 |
| Desempenho escolar | |
| Bom | 1 |
| Regular | 4 |
| Transferência escolar | |
| Sim | - |
| Não | 5 |
| Gosta de estudar | |
| Sim | 2 |
| Não | 3 |
| Relacionamento com os professores | |
| Bom | 4 |
| Ruim | 1 |
| Amigos no âmbito escolar | |
| Sim, mais de cinco | 5 |
| Não | - |
| Comportamento do adolescente na escola | |
| Bom | - |
| Ruim | 5 |

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2017.

Em relação à categoria ‘práticas religiosas’, todos os adolescentes responderam crerem em Deus, mas dentre eles apenas dois frequentam a igreja e quatro disseram não ter o hábito

de frequentar nenhum templo religioso. Além disso, dois declararam praticar a religião católica e evangélica e três disseram não ter nenhuma religião de preferência.

Madrinha vem me buscar para ir à igreja. Meu padrinho é médico, ele gosta de mim. (Gabriel, 14 anos, 2017). Gabriel se referindo ao projeto padrinho na casa de acolhimento.

Acredito em Deus e no Diabo, respeito ambos. (Fabio, 17 anos, 2017).

Tabela 4 - Distribuição dos dados da categoria ‘práticas religiosas’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017

| | Frequência |
|----------------------------|------------|
| Tem alguma religião | |
| Sim, católica e evangélica | 2 |
| Não | 3 |
| Crença em Deus | |
| Sim | 5 |
| Não | - |

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2017.

Na parte V da entrevista foram levantadas informações a respeito de eventos estressantes no ambiente familiar (Tabela 5) pode-se observar que quatro dos entrevistados informaram que apresentam doença mental na família, e um dos adolescentes disse não apresentar nenhuma enfermidade mental no âmbito familiar. Entre as doenças citadas pelos adolescentes estão esquizofrenia, depressão, retardo mental e epilepsia.

Fabio, (17 anos, 2017) afirmou: “Minha mãe vive chorando, ela tem depressão, o médico falou”. Outro adolescente, referindo-se ao genitor, também considerou: “Ela disse que ele tinha esquizofrenia” (Patrícia, 17 anos, 2017); e Emanuel, (17 anos, 2017) disse “Minha mãe e minha avó têm epilepsia”.

No item relacionado ao alcoolismo ou drogas entre os familiares, nota-se que quatro informaram que entre os membros familiares fazem uso de álcool e drogas, enquanto um informou não ter conhecimento de nenhum familiar fazer uso de álcool ou drogas. Entre as drogas mais consumidas, descritas pelos entrevistados, estão a maconha, a anfetamina, a cocaína e o álcool.

Por meio das entrevistas, pode-se perceber que os familiares que fazem uso ou abuso de álcool são próximos aos adolescentes, como seus próprios pais, padrastos ou irmãos, servindo de modelos para os jovens:

“Minha mãe faz uso de álcool e meu pai de todo tipo de drogas” (Gabriel, 14 anos, 2017).

Indagados sobre o uso de álcool e drogas, apenas um adolescente disse nunca ter experimentado nenhum tipo de droga ou álcool e quatro adolescentes declararam que já terem usado drogas em paralelo com álcool. Entre as drogas mais consumidas, citaram a maconha e a anfetamina. Além de fazerem uso do tabaco. A idade de referência para o consumo da droga foi a partir dos dez anos. Dados representados na Tabela 5.

A esse respeito, Gabriel (14 anos, 2017) afirmou: “Comecei a usar drogas quando eu tinha dez anos. [...] Minha madrasta vendia drogas e me dava para usar maconha quando eu ajudava a ela”.

Dentre a queixa de violência entre os membros familiares, observou-se que entre os entrevistados dois declararam não haver violência no ambiente familiar, porém três disseram que ocorre violência entre os membros. Entre a ocorrência de violência, verificou-se que as agressões são entre os cuidadores ou dos padrastos contra os adolescentes. Foi perguntado se o próprio adolescente sofreu algum tipo de violência ou abuso, e verificou-se o mesmo resultado da pergunta anterior – dois disseram que não e três dos adolescentes responderam que já sofreram violência.

Patrícia (2017), 17 anos disse: “Fui abusada pelos meus próprios familiares, tio e padrasto. [...] Estava dormindo na minha barraca, no Porto Geral, e um cara estava se masturbando, acordei e gritei por socorro”.

Melissa (2017), 15 anos também afirmou: “Meu pai me abusou e eu engravidei”.

Tabela 5 - Distribuição dos dados referentes à categoria ‘eventos estressantes no ambiente familiar’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, 2017

| | Frequência |
|---|------------|
| Doença mental na família | |
| Sim | 4 |
| Não | 1 |
| Álcool ou drogas na família | |
| Sim | 4 |
| Não | 1 |
| Faz ou fez uso de álcool ou drogas | |
| Sim, maconha, álcool e anfetaminas. | 4 |
| Não | 1 |

| | |
|---|---|
| Ocorreu violência na família | |
| Sim | 3 |
| Não | 2 |
| Já sofreu algum tipo de violência ou abuso | |
| Sim | 3 |
| Não | 2 |

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2017.

Com relação às perguntas direcionadas à categoria VI, referente à situação de rua e/ou vulnerabilidade, serão apresentadas quatro perguntas. A primeira delas diz respeito à comunicação com os familiares e/ou quanto tempo não mantêm contato com eles.

Foi averiguado que três dos adolescentes não têm contato com os familiares há aproximadamente dois anos, e dois têm contato com eles por redes sociais e visitas no abrigo. Os motivos do afastamento são: não ter número do telefone, interesse em viajar pelo mundo, não ter nenhum familiar que tenha interesse na guarda do menor (destituição do poder familiar).

Dois anos que não falo com minha mãe. (Emanoel, 12 anos, 2017).

Converso com minha mãe pelo Facebook. (Fabio, 17 anos, 2017).

Sobre a pergunta referente à moradia atual, três dos entrevistados responderam que moram na rua, mas dormem em casas cedidas, fornecidas por um artesão ou barracas que montam em pontos de grande movimento, como Porto Geral e praças públicas da cidade, e ficam um período de três meses em cada cidade. Dois adolescentes estão residindo na Casa de Acolhimento entre três e seis meses.

Foi perguntado qual o motivo que levou à saída de casa, quatro adolescentes relataram ter desentendimento com seus familiares e preferiram sair de casa para viverem sozinhos. Um afirmou que foi para soltar pipas.

Observou-se que no último item (Tabela 6), ao serem perguntado sobre as atividades realizadas na rua, verificou-se que três adolescentes realizam malabares, vendem bijuterias e praticam mendicância, um disse ter fugido da escola para soltar pipas, vende-las e também é pedinte e o outro adolescente relatou fugir do abrigo para fazer uso de drogas.

Gabriel (14 anos, 2017) afirmou: “Não vou mais usar drogas, me faz mal”, mas, por outro lado, Emanoel (12 anos, 2017) assumiu: “Gosto de soltar pipas”.

Tabela 6 - Distribuição dos dados referentes à ‘situação de rua e ou vulnerabilidade’, aplicados a uma amostra de cinco adolescentes em situação de rua no município de Corumbá- MS, 2017

| | Frequência |
|--|-------------------|
| Tem contato com os familiares | |
| Sim | 2 |
| Não, acerca de dois anos. | 3 |
| Motivo do afastamento | |
| Destituição do poder familiar | 1 |
| Não tem como encontrá-los | 2 |
| Onde mora | |
| Situação de rua (há dois anos) | 3 |
| Casa de acolhimento (entre três a seis meses) | 2 |
| Quais atividades realiza ou realizou na rua | |
| Malabares, vender bijuterias e mendicância | 3 |
| Uso de drogas | 1 |
| Soltar pipas e mendicância | 1 |

Fonte: Organizado pela pesquisadora, 2017.

5.2 Análise dos Dados

O presente estudo foi realizado com cinco adolescentes em condição de rua que será discutida por meio de referencial teórico para melhor compreensão dos dados colhidos a partir das categorias sociodemográficas, características familiares, dados escolares, práticas religiosas, eventos estressores e situação de rua ou vulnerabilidade. É importante salientar que o instrumento investigou a trajetória escolar dos adolescentes e os possíveis aspectos que os levaram a condição de rua por meio dos relatos dos próprios pesquisados, que foram transcritos e apresentados por meio de tabelas para melhor visualização.

Com relação aos dados sociodemográficos, foi constatado que entre os adolescentes entrevistados houve prevalência do gênero masculino corroborando com estudos de outras localidades brasileiras. Borba et. al. (2015) presumem que esse fato pode ser associado a fatores sociais e econômicos, mas principalmente a valores culturais que permeiam a questão de gênero, das representações sociais e das expressões preconceituosas do dito “sexo frágil”, uma vez que os cuidadores ainda têm uma preocupação em manter suas filhas em casa sob sua proteção.

É importante frisar que a maioria dos entrevistados se encontra na faixa etária entre quatorze a dezessete anos de idade. Essa faixa etária é descrita na literatura como sendo a de maior frequência entre meninos e meninas em situação de rua (SANTANA et. al., 2004).

Carpena (1999) corrobora com um estudo desenvolvido em Caxias do Sul-RS, que possivelmente seja em decorrência da mudança sociopolítica que acontece no mundo, em que as ruas estão sendo ocupadas por uma faixa etária mais velha, com o objetivo de buscar sua própria autonomia.

A variedade da nacionalidade também pode ser percebida nos dados obtidos pela pesquisa, apresentando a maioria de adolescentes do exterior morando em situação de rua no Brasil.

Em relação ao estado civil, todos os adolescentes são solteiros, porém declararam ter uma sexualidade ativa. Estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e saúde vem sendo realizados por diversos autores, em decorrência da relação sexual desprotegida, que resulta em alto número de contaminações por doenças sexualmente transmissíveis e gestações na adolescência, conforme Oliveira et.al. (2016). Percebeu-se que uma das adolescentes, Melissa, (15 anos) tinha sido abusada sexualmente por seu próprio genitor e em decorrência desse ato ela engravidou. Um dos motivos que levou a recorrer a condição de rua foi a impunidade pela gravidade cometida pelo pai.

Ficou constatado que todos os adolescentes disseram não possuir renda fixa, mas, por se tratar de uma população integralmente composta de crianças e adolescentes em situação de rua, não se esperava uma grande variação de renda. Além disso, a pobreza não necessariamente seria um determinante para a permanência das crianças nas ruas, e sim as consequências originadas por ela ou em torno dela, como a violência, o desemprego, as drogas lícitas e ilícitas e enfermidade dos cuidadores.

Ferreira (2011), em pesquisa desenvolvida com o público adolescente, discutiu que muitas dessas crianças vêm de famílias vulneráveis, desestruturadas, cheias de necessidade e que não são capazes de se sustentar emocionalmente e financeiramente, inclusive com dificuldade de adesão às regras, sendo submetidas à informalidade, baixa qualificação, pouca oferta de emprego e à violência.

Porém, é importante destacar que um dos adolescentes, o Emanuel (12 anos) declarou receber benefício de transferência de renda, Bolsa Família, no valor de duzentos e dois reais, antes de entrar no abrigo. Tal afirmação corrobora com estudos desenvolvidos por Ferreira et.al (2010) que constatam que há uma correlação positiva entre as variáveis “estudar” e “programa sociais” (Bolsa Família e PETI), isto é, foi comprovado um aumento na chance de crianças e adolescentes manterem-se na instituição escolar em decorrência do benefício assistencial.

Em relação ao nível de escolaridade, constatou-se que todos os adolescentes estarem no ensino fundamental incompleto. Borba et.al. (2015) destacam que, de acordo com o Ministério da Educação, 50,2% do total dos jovens brasileiros finalizam o ensino médio, uma média que varia conforme cada região. Nesse sentido, corroboram com estudos que informam que o adolescente que se encontra em situação de rua tem 2,6 vezes menos chances de finalizar a trajetória escolar, comparados com adolescentes que não estão em condição de vulnerabilidade

Na subcategoria referente a atividades desenvolvidas pelos adolescentes, percebeu-se que a grande maioria desenvolvia atividades informais (malabares, vendas e mendicância), entretanto é relevante salientar que todos os adolescentes entrevistados desenvolveram a prática de mendicância quando em situação de rua. Interessante destacar na pesquisa apresentada foi a situação do adolescente, Emanuel, 12 anos, para ele passar o maior tempo soltando pipas era o seu maior prazer, contudo ao sentir fome e sede ele buscava os mercados para se alimentar e conseqüentemente faltava as aulas escolares por dormir na rua quando esquecia de voltar para casa por estar tarde da noite.

Pesquisas apresentadas por Koller et. al. (2002) apontam que o esmolar é um dos trabalhos desenvolvidos por crianças e adolescentes em situação de rua e, além disso, todas as atividades realizadas por eles são desvinculadas do trabalho formal e têm como finalidade o ganho de dinheiro para complementar a renda familiar ou adquirir comida, vestimentas e drogas.

Para Zaluar (1994) essa situação coloca a criança e o adolescente em destituição gradativa da escola e do ambiente familiar, originando a situação de exclusão que é vivenciada cotidianamente em todas as formas de relações sociais: família, trabalho, escola, moradia e outros. Mesmo nas ruas, onde passam a maior parte do tempo em busca de trabalho ou à procura de aventura, essas crianças são estigmatizadas e representadas socialmente como 'grupo de risco'. As novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho têm permitido o aumento da produtividade e a conseqüente dispensa de mão de obra. Dessa maneira, o sistema não cria somente marginalização, mais precisamente exclusão, que é estrutural, afetando o 'grupo de risco', limitando sua participação na sociedade na medida em que não possuem recursos para se integrarem no sistema.

Conforme Maciel et. al. (2015) a necessidade que os meninos de rua sentem de investir seu tempo nas ruas trabalhando parece ser o maior responsável pelo abandono escolar, bem como pelo atraso dos que encontram-se estudando. Tal fato parece ser comprovado pelos resultados do estudo de Oliveira (1989), que demonstraram que nenhum

dos meninos de 14 anos, por ele estudado, havia completado a 8ª série do 1º grau. Segundo Rizzini e Rizzini (1992) a necessidade de trabalhar, provocada pela dificuldade financeira, é o fator mais usualmente citado pelos meninos de rua como motivo para o afastamento da escola.

A categoria a seguir, ‘características familiares’, retrata a dinâmica familiar entre os adolescentes e seus cuidadores.

Em relação à pergunta de como é o relacionamento entre o adolescente e o cuidador, percebeu-se que todos tem uma boa relação. Entretanto, conforme relatos dos próprios entrevistados, informaram ter uma boa relação com a mãe, porém conflitos com os padrastos. É importante salientar que todos os entrevistados são de pais separados. Em relatos entre os entrevistados duas adolescentes, a Patrícia (17 anos) e a Melissa (15 anos) foram abusadas sexualmente por membros familiares, a última pelo próprio genitor. O Fabio (17 anos) tem conflitos com o padrasto. Sendo um dos motivos dos três terem saído do âmbito familiar.

De acordo com Tavares et al. (2004) em estudos realizados em outros países foi encontrada uma correlação positiva entre a saída de casa, uso de drogas e violência intrafamiliar com a insatisfação dos adolescentes diante da falta de apoio recebido dos pais e do distanciamento afetivo entre os familiares. Isto é, os autores exprimem que um relacionamento familiar negativo é um dos motivos vinculados à saída da criança ou adolescente do seu ambiente familiar.

Além disso, em relação à separação dos pais dos adolescentes, Guimarães et al. (2009) aponta que essa prevalência pode ser compreendida devido às novas configurações familiares, em decorrência do alto índice de divórcios ou até mesmo mães que se responsabilizam de criarem seus filhos sozinhas. Atualmente é bastante comum a família monoparental, aquela na qual o filho é criado somente por um dos genitores.

Estudos realizados em Florianópolis-SC também encontraram associação entre a saída de casa, o uso de drogas e a separação dos pais, porém é possível pensar que o efeito esteja relacionado aos aspectos sociais e às situações emocionais nas quais a separação está inserida. O desenvolvimento saudável dos filhos pode ser afetado por brigas e infelicidades conjugais que começam a ocorrer bem antes da separação e, conseqüentemente, pode haver fatores pós-separação que atuem a longo prazo, tais como afastamento de um ou ambos os pais (TAVARES et al., 2004).

Em relação ao nível de escolaridade dos cuidadores, pode-se perceber que a maioria dos adolescentes não souberam informar, assim como não foram constatados os dados da escolaridade dos pais desses adolescentes. Logo, não se pode desenvolver uma análise mais

acurada relacionando as crianças e os adolescentes em situação de rua com a escolaridade ou com outras características de seus genitores e/ou responsáveis. Contudo, estudos desenvolvidos no Brasil, realizados em Pelotas-RS apud Caputo (2008) informam que a baixa escolaridade dos pais é um fator de risco para os adolescentes permanecerem em situação de rua.

No que se refere à expressão de afeto entre os adolescentes e os cuidadores, todos os adolescentes têm afetividade entre os membros familiares, exceto com os padrastos.

As pesquisas desenvolvidas por Kumpfer e Alvarado (2003) apud Guimarães et. al. (2009) revelam que famílias com fortes laços afetivos e com papéis claros entre os membros são determinantes para a prevenção de condutas inadequadas na adolescência, assim como a saída de casa.

Segundo Guimarães et al. (2009) a coesão familiar, ou seja, a proximidade entre os familiares, afasta os adolescentes de fatores de risco, tais como uso de drogas, condição de rua e acidentes de trânsito. Da mesma forma, a colocação de limites por parte dos cuidadores, o monitoramento familiar dos adolescentes e o fato de ter uma refeição diária junto com os filhos funcionam também como fator de proteção (BROWN, 2007 apud GUIMARÃES et al., 2009).

Foi possível perceber que, embora os adolescentes tenham declarado receber afeto dos familiares na pergunta anterior, ao responderem sobre se existem conflitos entre membros, a maioria disse que ocorre discussão, brigas e desentendimentos no contexto familiar, relacionados principalmente a padrastos e irmãos. Além da ausência de elogios entre os membros familiares.

Compartilha com nossa pesquisa um levantamento de 2003, que contou com a participação do CONANDA e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDC, por meio de parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável – IDEST. Nela foi constatado que entre os principais motivos declarados por crianças e adolescentes que dormem na rua para explicar a saída de casa, se destacou a violência no ambiente doméstico, com cerca de 70%: brigas verbais com pais, padrastos e irmãos (32,2%); violência física (30,6%); violência e abuso sexual (8,8%). Isso mostra a importância de investimentos em ações de prevenção, divulgação e sensibilização para a garantia dos direitos da criança e do adolescente sem violência.

Vêm ainda colaborar com essa pesquisa, estudos desenvolvidos por Liddle et al. (1998) apud Schenker e Minayo (2003), que relatam que conflitos intensos, incluindo críticas e palavras depreciativas no âmbito familiar, não são o melhor meio de educar, já que

dificultam o desenvolvimento do processo de identidade do adolescente em formação. Os autores afirmam que a maneira mais positiva para um desenvolvimento saudável se faz através de diálogos e negociações de mudanças nas relações entre os membros, a fim de buscar a autonomia entre os jovens.

De acordo com o trabalho realizado por Yen et al. (2007) apud Guimarães et al. (2009), esses autores constataram que relacionamento entre membros familiares, por meio de brigas e discussões, declara a incapacidade de os pais imporem limites aos filhos. Isso faz com que os jovens não cumpram e nem respeitem as normas e regras no âmbito familiar. Comprovaram também que pais com alto grau de conflitos com adolescentes do sexo feminino fazem com que apresente distanciamento afetivo entre os mesmos, fazendo com que as adolescentes se atrelem às drogas. Além disso, adolescente que não tem um bom relacionamento com os membros da família poderá procurar preencher essa lacuna com grupos de pares desviantes, ficando vulnerável à dependência de drogas. Dessa forma, percebe-se que brigas, discussões, palavras depreciativas influenciam diretamente no estado emocional dos adolescentes (TOMORI et al., 2000 apud GUIMARÃES et. al., 2009).

A respeito das duas perguntas que se imbricam, a primeira em relação à existência de regras no ambiente familiar e a segunda que trata sobre o monitoramento dos cuidadores às atividades executadas pelos adolescentes, constatou-se que a maioria dos adolescentes relataram não existir regras no ambiente familiar e não haver monitoramento das atividades dos adolescentes pelos cuidadores. Foi percebido quando o adolescente Emanuel (12 anos) disse ter dormido várias vezes na rua por ter ficado até o anoitecer soltando pipas. Destacou também o Gabriel (14 anos) que os tios não estipulavam horário para dormir, fazer as refeições e assistir televisão, prejudicando o horário de ir à escola no dia seguinte.

Corroboram com essa questão, os autores Guimarães et al. (2009) quando afirmam que o monitoramento parental, ou seja, o interesse dos cuidadores em relação à vida diária dos filhos – conhecimento dos amigos, professores, diretores, que lugares os jovens frequentam, se eles têm um bom desempenho na escola – é também um exercício educativo, protetivo e de fortalecimento de vínculos que afasta crianças e adolescentes de fatores de risco.

Segundo Kessler et al. (2003) a deficiência da função parental, que abrange monitoramento, definição de normas e regras no ambiente familiar, pode ser um aspecto para o desencadeamento e/ou a manutenção de dependência química e, conseqüentemente, a saída de casa.

Outro estudo que aborda o tema “monitoramento parental” é o desenvolvido por Yen et al. (2007) apud Guimarães et al. (2009, p. 72) quando afirmam “a supervisão parental

inadequada (vigilância e ordens excessivas ou falta de regras e limites) está estreitamente associada a fatores de risco na adolescência”.

Diante dos achados acima, compartilha-se com o autor Minuchin (1982) quando afirma que o sistema familiar está se ausentando da responsabilidade de socialização das crianças cada vez mais cedo. Assim, o sistema de educação, a comunicação de massa e o grupo de pares estão assumindo a orientação e a educação dos jovens, que são funções da família. Em contrapartida, a sociedade não se encontra preparada para assumir essa socialização e apoio.

Nos resultados levantados neste estudo, por meio da categoria ‘dados escolares’, percebeu-se que a maioria dos adolescentes estão fora da escola há aproximadamente dois anos. Os entrevistados que não estão frequentando a instituição escolar são os de nacionalidade estrangeira e ao serem questionados sobre os motivos do abandono escolar relataram por estarem viajando pelo mundo e não há tempo hábil para estudar. Percebeu-se que uma das adolescentes tem interesse em retornar a escola, mas por ser boliviana e se encontrar no Brasil não sabe como proceder, já que não está de posse a documentação exigida pela escola.

Calil (2003) aborda que pensar em uma escola que propicie o envolvimento e o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de rua, implica em resgatar o papel da Pedagogia como agente de transformação social, possibilitando a construção de um conhecimento crítico, que leve ao rompimento da relação de opressão imposta pela sociedade.

Barreto (1991), por meio de suas pesquisas, verificou que o raciocínio moral de crianças de rua, quando comparados com crianças de mesma idade que residem com suas famílias, não difere significativamente, isto é, crianças que estão na rua e não frequentam a escola raciocinam pró-socialmente no mesmo nível que crianças escolares da mesma faixa etária. “O viver na rua não impede o desenvolvimento de valores e não gera deficiências morais específicas em crianças e adolescentes” (Koller e Hutz, 1996, p. 14). Contudo, a perda da escolarização básica acarreta uma série de perdas de habilidades para estas crianças, especialmente com relação a linguagem (CARRAHER, 1985 apud HUTZ e KOLLER, 1996).

Constatou-se que todos os adolescentes que sabem ler e escrever, e o último nível de escolaridade cursado foi o ensino fundamental incompleto.

Pesquisas desenvolvidas por Gregori e Dimenstein (2000) apud Calil (2003) apresentam que muitas das crianças e adolescentes que são analfabetos nunca chegaram a frequentar a escola, outros iniciam-se no ensino fundamental, mas abandonam os bancos

escolares. O abandono no ensino fundamental é um dado comprovado em algumas pesquisas e que merece uma análise mais aprofundada dos setores da educação, afirmam os autores.

A maioria dos que estão nas ruas são meninos, entre doze e dezoito anos, o grau de escolaridade é o da terceira série do ensino fundamental, em média, e há crianças que nunca frequentaram uma escola (DIMESTEIN, 2000).

Ao serem perguntados sobre repetência, suspensão e evasão percebeu-se na pesquisa que todos os alunos já foram reprovados em sua trajetória escolar, a maioria já se evadiu da escola e três alunos disseram que nunca foram suspensos. Um dos motivos da evasão do adolescente Gabriel, (14 anos) era para fazer uso de substâncias psicoativas, nessa época ele se encontrava na guarda dos tios maternos. Já o adolescente Emanuel (12 anos) fugia da escola para soltar, confeccionar e vender pipas.

Bason et.al. (2013) corroboram com estudos apontando que o afastamento da escola por expulsão, repetência, evasão ou por processos sutis de exclusão (baixo desempenho, relação conflituosa entre professores e alunos, clima escolar ruim) configura-se em um marco importante de risco, porque torna os adolescentes mais vulneráveis, devido ao tempo ocioso.

Assim, a evasão escolar apresenta como consequência o aumento da vulnerabilidade do jovem. Em contrapartida, em alternativa à escolarização, ele não consegue uma inserção satisfatória no mercado de trabalho, isto é, a baixa escolaridade diminui as chances de conseguir empregos bem remunerados e aumenta a de viver na pobreza (BASON et.al., 2013).

Diante desses dados, é necessário que a instituição escolar fique atenta aos processos que envolvem repetência, uma vez que o insucesso escolar se relaciona diretamente à continuidade ou não da trajetória escolar do adolescente (RIBEIRO apud BORBA et. al., 2015).

Em relação a frequência e desempenho escolar pode-se perceber que a maioria dos adolescentes não frequentavam a escola e obtinham um desempenho insatisfatório quando inseridos nela. O adolescente Fabio (17 anos) relatou que quando estudava tinha muita dificuldade na compreensão do conteúdo acadêmico, possivelmente essa dificuldade pode estar atrelada aos desentendimentos constantes com o seu padrasto no âmbito familiar, expostos pelo próprio adolescente durante a entrevista.

Compartilham com nosso estudo pesquisas levantadas por Cardoso e Malbegier (2014), informam que o baixo rendimento escolar, como ter baixas notas, deixar de fazer deveres escolares, a não permanência na escola e a falta de vínculo com a instituição, estão associados a fatores de risco para a saída de casa e fazer uso substâncias psicoativas.

De acordo com Borba et.al. (2015) os jovens se sentem culpados, carregam toda a carga de um processo escolar de insucesso (número de repetência, número de evasão, abandono escolar, anos de defasagem serie/idade), contribuindo para eles não retornarem à sala de aula.

Um problema identificado na literatura é que o desempenho insatisfatório propicia defasagens nas aquisições, que vão se acumulando com o tempo, tornando a vinculação escolar mais dependente da interação professor-aluno que das aquisições de conteúdo, imprimindo a essas relações quase que a exclusividade pela qualidade da experiência vivenciada.

Diante disso, conhecer as trajetórias escolares dos adolescentes em situação de rua pode oferecer pistas para a instalação das condições adequadas à escolarização dos mesmos, desde o princípio e ao longo de todo o processo, com vistas a evitar rupturas ou mudanças na qualidade da experiência educacional (BAZON et. al., 2013).

Com relação ao interesse em estudar, a maioria dos adolescentes disseram que não gostam de estudar. Os motivos apresentados foram preguiça, dificuldade na compreensão do conteúdo, impaciência e dificuldade na aprendizagem. É importante destacar que o adolescente Gabriel (14 anos) iniciou utilizar substância psicoativa, maconha, aos dez anos de idade comprometendo suas funções cognitivas e possibilitando sua dificuldade no desenvolvimento da aprendizagem. Assim, pode ser avaliado o desinteresse em estudar nos sinais apresentados pelos relatos dos entrevistado da própria desestrutura familiar em incentivar os adolescentes na área acadêmica.

Compartilham com essa pesquisa Koller et.al. (1996), quando apontam que a escola tem uma influência significativa no desenvolvimento do sujeito, motivando-o por meio de técnicas atrativas. Todos os aspectos da organização da escola, treinamento e motivação dos professores e equipe técnica, são associados com o desenvolvimento maior ou menor da resiliência. A escola oportuniza a realização de algumas intervenções que auxiliam no desenvolvimento de habilidades, facilitam a aprendizagem de como lidar com o stress e levam à redução de comportamentos de risco.

Além disso, Ruter apud Hutz e Koller (1996) sugere que as escolas podem também promover oportunidades que aumentam a autoestima e a autoeficácia dos estudantes, capacitando-os a desenvolver habilidades sociais e para resolução de problemas, proporcionando experiências de sucesso.

É importante salientar que o estabelecimento de vínculos sólidos com a escola proporciona apoio capaz de amenizar condições hostis que a criança enfrenta em casa ou em

outros ambientes fora da escola. Para Koller (1996) as instituições escolares têm influência significativa no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Quando foi perguntado sobre os motivos de manter-se estudando e/ou de ter saído da escola, três adolescentes estrangeiros apontaram que os motivos de não retornarem à instituição escolar é em decorrência de estarem viajando e de não saberem como retornar à escola. Porém, na pergunta anterior, ressaltaram que não gostam de estudar por “preguiça, impaciência, desinteresse, briguento, dormia na sala, perturbava os demais alunos e professores, além de conversar em sala de aula, atrapalhando os demais”.

Marregula (2011) aponta que a tendência do aumento do número de crianças de rua e fora da escola tem a ver, por um lado, com a existência de famílias e comunidades em situações de extrema vulnerabilidade social e econômica. O fenômeno de crianças de rua está associado à ausência de laços de comunicação e de gestão das relações sociais no seio das famílias, violência doméstica, uso e abuso de drogas e álcool e enfraquecimento das redes de solidariedade comunitária e familiar.

Em relação ao relacionamento com os professores na instituição escolar, a maioria dos entrevistados declararam ter uma boa relação com os docentes. Apenas o adolescente Emanuel (12 anos) relatou não gostar de um professor por ter o chamado de fujão, se referindo a momentos de quando o adolescente se evadia da escola para soltar pipas, contudo o mesmo adolescente declarou em outro momento da entrevista que admira o professor de capoeira, por deixa-lo feliz por praticar o esporte no contraturno escolar.

De acordo com Bazon et.al. (2013) a qualidade das relações entre aluno e os professores e entre o aluno e seus pares também é importante para vinculação à escola, e, quando negativa, pode impactar o desempenho escolar e o comportamento social, no sentido de este tornar-se problemático.

Diante disso, Candwell et. al. (2006) apud Bazon et.al (2013) apontam que o apego, afeto positivo aos professores, é importante porque representa a segurança de ter ajuda sempre que necessário. A oferta de ajuda por parte dos professores é percebida pelos adolescentes como indicador de interesse e estima em relação a eles. Uma boa comunicação, caracterizada por diálogo professor-alunos, oferecimento de conselhos, elogios e incentivos por parte dos professores fortalecem a aproximação pautada no respeito recíproco.

Na subcategoria a respeito do comportamento dos adolescentes na escola, no ponto de vista deles, todos declararam ter tido ou ainda têm um comportamento insatisfatório.

Em colaboração à discussão, Orth (2005), em estudo desenvolvido com famílias, destaca que a saída do ambiente familiar está relacionada ao abandono escolar, caracterizado

pelas vivências migratórias, a falta de pretensão individual e familiar, a baixa expectativa dos pais em relação aos estudos dos filhos e a falta de autoridade dos pais em monitorar os passos dos filhos no ambiente escolar.

Alguns estudos realizados por Carvalho (1989) apud Rebelo (2008) destacam o impacto que a saída de casa tem no desenvolvimento do indivíduo e no meio que o cerca, revelando que há uma correlação entre meninos em situação de rua, consumo de drogas, violência doméstica e baixo rendimento escolar.

Na categoria 'práticas religiosas ficou constatada que a maioria não terem nenhuma religião, entretanto todos acreditam em um Deus. Nesse sentido, Tavares et al (2004) corroboram em seus achados referentes à religião, que pertencer a uma determinada religião configura apenas uma formalidade, incapaz de influenciar comportamentos.

Em contrapartida, os autores Aberastury e Knobel (1992) apud Tavares (2004) concluem que o maior envolvimento religioso poderia contribuir para reforçar sentimento de esperança e segurança para o futuro dos jovens, tornando-os menos expostos a envolverem-se em comportamentos de risco, como o abuso de substâncias e álcool, prostituição e envolvimento em acidentes de trânsito.

A esse respeito, Silva et. al. (2010) considera que:

Formas atrativas de ocupar o tempo livre dos adolescentes, a interação e o bom diálogo com os pais e a participação nas atividades escolares e religiosas podem diminuir o risco de envolvimento dos jovens a fatores de risco. (SILVA et. al., 2010, p. 608).

Em relação ao consumo de álcool ou drogas por algum familiar foi constatado que quatro dos entrevistados apresentam membros familiares usuários. Além disso, quatro adolescentes declararam que fazem ou já fizeram uso e abuso de álcool e drogas, entre elas a maconha, o álcool, as anfetaminas e a cocaína. O adolescente Gabriel (14 anos) relatou que os genitores faziam uso de álcool e drogas e pelo motivo do tráfico atualmente se encontram no estabelecimento penal de Campo Grande. Ele informou ainda que quando sua genitora foi detida teve que ficar aos cuidados da madrasta e a ajudava a traficar aos dez anos de idade, em troca ela fornecia maconha para o Gabriel. É importante ressaltar que o uso precocemente da substância psicoativa deixou sequelas irreparáveis ao desenvolvimento cognitivo, linguagem e motor do Gabriel. Atualmente reside na casa de acolhimento sem nenhum contato com seus familiares, na lista de adoção.

Freitas (2002) apud Orth (2005) corrobora essa discussão destacando que as famílias pré-adictas são aquelas cujos cuidadores não exercem seus papéis adequadamente, apresentando dificuldades em impor limites claros, o que favorece a emissão de mensagens com duplo sentido e/ou contradições que prejudicam a compreensão dos valores apresentados. Desse modo, se o crescimento de uma criança ocorre em um ambiente sem limites, ela pode no seu processo de desenvolvimento, tornar-se uma pessoa com estrutura emocional fragilizada e apresentar problemas em enfrentar as adversidades da vida, tornando-se um fator de risco para o uso de drogas.

Conforme Diez (1998) apud Guimarães et al (2009) apontam, a influência do modelo dos pais no consumo de bebidas alcoólicas pelos adolescentes é percebida quando os filhos de pais que bebem em demasia não aprendem a beber de forma controlada e acabam se tornando abusadores de álcool na adolescência.

Guiot et al (1999) apud Guimarães (2009) também ressaltam que os pais devem mostrar aos filhos, por meio de modelo, qual o limite saudável do ingerir bebidas alcoólicas. Esses autores relataram em seus estudos desenvolvidos com adolescentes que fazem uso abusivo de álcool e que pertencem a famílias que também fazem uso de álcool ou de substância psicoativas, que os cuidadores não ensinam pelo exemplo o limite esperado de um beber socialmente.

Dessa maneira, o uso nocivo e/ou a dependência de álcool e outras drogas no ambiente familiar funciona como evento estressante permanente, podendo trazer consequências psicossociais para a família do usuário. Nessas famílias, observa-se maior frequência de agressões físicas, problemas policiais e com a justiça. A presença de um familiar que faz uso de álcool apresenta dificuldades na interação entre os membros, gerando um maior grau de disfunção na estrutura familiar (CAPUTO, 2008).

Guimarães et al. (2009) mencionam que a utilização de drogas pelos pais e outros familiares é uma das grandes influências para que os adolescentes se tornem dependentes de drogas. Pais ou cuidadores que fazem uso de alguma substância servem de modelo tanto para os meninos quanto para as meninas na experimentação e no primeiro contato com o álcool e as drogas. Nesse mesmo sentido, Walden et al. (2007) apud Guimarães et al. (2009) apontam que adolescentes com pais usuários de drogas apresentam um índice muito maior de uso de tabaco.

Diante desta constatação, Tavares et al. (2004) acrescenta que o fato de haver um usuário em casa já pode ser um indicativo de disfunção familiar que predispõe ao uso de drogas.

Em relação a violência no âmbito familiar, a maioria dos entrevistados disseram que ocorre violência na família e já sofreram violência e/ou abuso em sua trajetória de vida. Como mencionado anteriormente, três dos adolescentes sofreram violência intrafamiliar, ou seja, dentro de sua própria família, o Fabio (17 anos) disse sofrer com a violência do padrasto, a Patrícia (17 anos) sofreu abuso do tio e padrasto e a Melissa (15 anos) foi abusada pelo próprio genitor. Todos vítimas de maus-tratos que procuraram a rua como refúgio e proteção.

Nessa perspectiva, Guimarães et al. (2009) confirmam, por meio de seus estudos, a relação existente entre violência intrafamiliar e dependência de drogas na adolescência. Essa população, além de vivenciar situações de abuso físico, observa os pais, irmãos ou vizinhos em outras situações de violência. Dessa forma, o fato de visualizar atos de violência no ambiente familiar colabora para que os adolescentes saiam de casa e acabem se envolvendo com pares desviantes e, conseqüentemente, também se envolva com álcool e outras drogas. Ou seja, a fim de evitarem situações aversivas, encontram fontes de reforço em outros locais.

Neste mesmo tópico da violência familiar, compartilha-se os dados obtidos com os autores Kaplan et. al. (1998) apud Guimarães et. al. (2009), quando afirmam que adolescentes que foram abusados fisicamente têm 19 vezes mais chances de saírem de casa e se envolverem com drogas, sendo essa chance igual tanto para meninas quanto para meninos. A violência intrafamiliar, na adolescência, seja física, psicológica (humilhações, xingamentos, agressões verbais) e ou sexual, também está relacionada com a ansiedade e depressão.

Associada a pobreza, a violência doméstica, o abuso e trabalho infantil são também mencionados como aspectos contribuintes nas decisões das crianças em sair de casa e permanecer nas ruas. (MARRENGULA, 2011, p. 10).

A categoria a seguir se refere à situação de rua e/ou vulnerabilidade. Em relação à pergunta dos adolescentes manterem contato com os seus familiares, três deles afirmaram não ter contato com os cuidadores, e os motivos revelados para o afastamento foram destituição do poder familiar e por terem perdido o número do telefone deles. Mas, quando foram questionados pela entrevistadora a respeito da possibilidade de os familiares serem encontrados, os adolescentes não manifestaram interesse em manter contato com eles.

Pratta e Santos (2007) apud Guimarães et. al. (2009, p.71) desenvolveram estudos sobre a comunicação patológica, revelando que em um “ambiente familiar no qual não existe espaço para expressar sentimentos, ideias e opiniões nem outra possibilidade de ser ouvido e/ou compreendido é apontado como um dos aspectos negativos da dinâmica familiar”.

De acordo com algumas investigações realizadas por Jurich et. al. (1985) apud Rebelo (2008), falhas na comunicação entre os membros familiares é um fator disfuncional. Em contrapartida, os pais negam a responsabilidade de seus filhos estarem em condição de rua, com o objetivo de se protegerem e evitarem ouvir coisas negativas ou constrangedoras, ausentando-se das responsabilidades.

A esse respeito, considera-se o que Nichols e Schwartz (1998) apud Orth (2008, p.81) afirmam: “o que distingue uma família normal não é a ausência de problema, mas uma estrutura funcional que faz com que a mesma seja capaz de lidar com as adversidades cotidianas, sem que isto afete a estrutura como um todo”.

De acordo com Guiot et. al. (1999) apud Guimarães et. al. (2009) e seus estudos realizados com adolescentes de ambos os sexos, os que estão em condição de rua e fazem ingestão de álcool são pertencentes a famílias distanciadas, isto é, não se envolvem em atividades em conjunto entre os membros.

Em se tratando das atividades desenvolvidas na rua, os adolescentes responderam mendicância, vendas de bijuterias e apresentação de malabares em pontos específicos da cidade, principalmente em semáforos.

Compartilham com este estudo os achados de Marrangula (2011) quando informa que dada a situação de extrema pobreza que as famílias das crianças e adolescentes em situação de rua enfrentam, o rendimento financeiro desses jovens se tona uma questão necessária dentro das famílias e suas comunidades, e as crianças são obrigadas a fornecer uma contribuição na renda da família, realizando atividades de limpeza de carros, cargas e transporte de produtos diversos para vendedores de mercados e turistas, mendicidade e roubos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de dados empíricos e teóricos, este estudo privilegiou a investigação da trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Corumbá-MS, uma vez que conhecer o perfil desses jovens poderá contribuir para que profissionais da área da saúde, educação, assistência social junto ao poder público estabeleçam estratégias de intervenção para minimizar ou erradicar essa condição.

Com o intuito de apresentar algumas considerações que serão relevantes para continuidade de diversas pesquisas, considera-se a necessidade de articulação das políticas públicas em relação a essa população, visto que há instituições públicas possuem os mesmos objetivos, mas apresentam dificuldades em trabalhar de forma articulada e coordenada.

É importante destacar que aquele adolescente que necessita de atendimento passa por todos os programas, mas não há comunicação entre as instituições para efetuar medidas de prevenção ou intervenção para a não permanência nas ruas. Além disso, durante as abordagens noturnas percebemos diversos adolescentes em condição de rua em pontos de vulnerabilidade em Corumbá, os chamados "pontos de drogas ou bocas de fumo", porém, não podíamos abordá-los sem uma rede de atendimento especializada para que os profissionais não corram nenhum risco de vida.

Desde último levantamento de crianças e adolescentes em situação de rua, realizado em Corumbá-MS no ano de 2010, percebeu-se uma nova configuração, crianças e adolescentes que foram encontradas naquele ano expostos a semáforos, estacionamentos de supermercados e na frente de restaurantes totalizando vinte e uma crianças, atualmente no ano de 2017 estão nos mesmos locais, mas por diferentes motivos. Além disso, as políticas públicas para essa demanda cresceram significativamente, assim como órgãos de fiscalização, mas que precisam ser mais efetivas, tais como a inspeção em pontos mais específicos e vulneráveis da cidade.

É importante ressaltar que as redes de atendimento estejam mais atentas aos jovens estrangeiros que fogem de seus países e se deslocam para o município de Corumbá, principalmente em época de eventos culturais, como um pedido de socorro, em busca de autonomia, trabalho remunerado, diversão e substâncias psicoativas, já que o município encontra-se em faixa de fronteira e o acesso à droga é mais facilitado em comparação a outros municípios.

Considera-se também que a pesquisa revelou que quatro dos cinco adolescentes sofreram maus-tratos, todos os tipos de violência e abuso. Além disso, todos os entrevistados

têm em seu discurso o abandono por seus familiares através da omissão e negligência, aquela rede de apoio em que deveriam proporcionar proteção, segurança e amor. E junto ao abandono vem a evasão escolar, ausência de perspectiva futura e alto nível de repetência e baixo desempenho escolar. Além disso, apenas dois adolescentes estavam estudando e um deles recebia benefício do bolsa família e estudavam no contraturno escolar.

Diante dessa realidade, deve haver tanto a efetiva fiscalização quanto o estabelecimento de ações de planejamento e cumprimento da legislação também para esses adolescentes estrangeiros. Ou seja, medidas que permitam o monitoramento e o acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias.

A educação é uma das condições fundamentais para o exercício da cidadania. Além de ser um direito de todo ser humano, é essencial para constituir uma sociedade democrática de direito. O direito à educação é reconhecido e consagrado pela normativa internacional de direitos humanos (BORGES, 2011) e incorporado à legislação pátria como direito de geração e sustento da família, priorizados como exigências imediatas. O aprendizado escolar passa a ser um plano distante, um objetivo a longo prazo, difícil de criar expectativa fundamental.

Por fim, cabe destacar a importância de que projetos sociais direcionados a crianças e adolescentes em situação de rua considerem cada vez mais as interações familiares. Além de haver uma política nacional voltada a crianças e adolescentes que vivem nas ruas, comparados com as campanhas nacionais de crianças em situação de trabalho infantil e exploração sexual, cabe também uma campanha especificamente para esse público tão vulnerável em condição de rua.

Desse modo, são necessários estudos mais amplos com amostras maiores da população brasileira, incluindo familiares dos adolescentes em situação de rua, que se encontram em diferentes níveis socioeconômicos e educacionais.

No município de Corumbá-MS, conhecendo a trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua, conclui-se que há necessidade de uma articulação das instituições envolvidas numa visão multidisciplinar, incluindo a família e a responsabilidade da sociedade, já que é um município em condição de fronteira e o acesso a drogas é muito fácil, tanto pelo preço quanto pela disponibilidade. Além disso, é um dos requisitos para a saída de casa e a evasão escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda. **Adolescência**. Tradução Ruth Cabral. Porto Alegre: Artes Médicas, 1980.

ACKERMAN, Nathan W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Tradução Maria Cristina R. Goulart. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

AGLIO DELL, Débora Dalbosco et. al. Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. **Paidéia**, UFRGS, n. 15, p.119-129. 2005.

ALMEIDA, Marília M. et al. O tratamento de adolescentes usuários de álcool e outras drogas: uma questão a ser debatida com os adolescentes. **Revista Psique Clínica**, n. 35, supl. 1, p. 76-81. 2008.

AMARANTES, Mariana; MOURA, Douglas et al. **Maus tratos e tendência anti-social: alguns aspectos observados em crianças abrigadas**. Universidade Católica de Campinas, 2006.

ARAÚJO de Moraes, Normanda; KOLLER, Silvia Helena. Um estudo com egressos de instituições para crianças em situação de rua: percepção acerca da situação atual de vida e do atendimento recebido. **Estudos de Psicologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, vol. 17, n. 3, p. 405-412, setembro-dezembro. 2012. .

BAHLS, Flavia R. C.; INGBERMANN, Yara K. Desenvolvimento escolar e abuso de drogas na adolescência. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 4, p. 395-402, outubro-dezembro. 2005.

BARROS, Raquel C.; FIAMENGHI, Geraldo A. **Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico**. CCBS, São Paulo, 2006.

BAZON, Marina Rezende; SILVA, Jorge Luiz; FERRARI, Renata Martins. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 02, p.175-199, jun. 2013.

BONAFÉ, Maíra S. Abrindo espaço para o ser: Winnicott e a ludoterapia no contexto da violência familiar. **Psychê**, São Paulo, n. 22, p. 189-214, jan-jun. 2008.

CALIL, Maria Izabel. **Meninos de rua: exclusão escolar e identidade social**. Leopoldianum, p. 131-145, junho. 2003.

CANDAU, Vera M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

CARPENA, Maria Elisa F. **Famílias de meninos em situação de rua na cidade de Caxias do Sul: Locus de controle, situação atual de vida e expectativas para o futuro**. UFRS, Porto Alegre, 1999.

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**, 2011 – 2020. Outubro, 2010.

COSTA, Ana Lúcia Peixoto. **Política Municipal de Atendimento à População em Relação de Rua de Fortaleza**: desafios para uma proposta de inclusão. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Ceará, 2013.

COSTA, C. A. S.; LEITE, J. S. Prevenção do consumo de drogas na infância e adolescência: perspectivas e desafios na atualidade. In: KASSAR, Mônica (Org). **Diálogos com a diversidade**: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. 1.ed. Campinas, Mercado de Letras, 2010.

FERNANDES, Ângela V. M.; PALUDETO, Melina C. P. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Crianças e adolescentes em situação de rua e seus macro determinantes. **Saúde Social**, São Paulo, v.20, n. 2, p. 338-349. 2011.

GANDOLFO, Conceição Maria Inês; SUDBRACK, Olivier Maria Fátima. Estudo Sociométrico de uma Instituição Alternativa para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Construindo uma Proposta Pedagógica. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 277-286. 2004.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set.-dez. 2009.

GONTIJO, Daniela Tavares; MEDEIROS, Marcelo. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.2, p.467-475. 2009.

HUTZ, Claudio Simon; KOLLER, Silva Helena. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, UFRS, v.2, n. 1, p.175-197. 1996.

HUTZ, Claudio S.; KOLLER, Silvia H.; BANDEIRA, Denise R. **Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco**. UFRGS, Porto Alegre, 1996.

KOLLER, Sílvia H. **Resiliência e vulnerabilidade em crianças que trabalham e vivem na rua**. UFRGS, Porto Alegre, RS, 1997.

KUHLEN, Raymond G.; THOMPSON, George. **Psychological studies of human development**. 3a edição. New York: Appleton-Century-Crofts, 1970.

LEITE, Ligia Costa. **A razão dos invencíveis**. Tese de Doutorado. ECO-UFRJ, 1996.

LEVANDOWSKI, D. C. de; ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e proteção para violência na interação pai-criança. **Interações**, v.7, n.13, p. 77-100. 2002.

LEWIS, Melvin et. al. **Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência**. Tradução Gabriela Giacomet. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LIDZ, Theodore. **A Pessoa: seu desenvolvimento durante o ciclo vital**. Tradução Auriphebo Berrance Simões. Porto Alegre, Artes médicas, 1983.

LIMA, Wânia Cláudia Gomes Di Lorenzo. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**. UFPB, 2012.

MACERATA, I. M.; PASSOS, E. Intervenção com jovens em situação de rua: problematizando cuidado e controle. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.27, n.3, p.537-547. 2015.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Prevalência de fatores de riscos e proteção de doenças crônicas não transmissíveis em adolescentes: resultados da pesquisa nacional de saúde do escolar (PeNSE) Brasil, 2009. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p.3009-3019. 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 2ª. ed., p.294-296. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Raul Aragão. Uma tipologia de crianças e adolescentes em situação de rua baseada na análise de aglomerados. Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto. **Psicologia: reflexão e crítica**, v.15, n.2, p. 251-260. 2002.

MARTINS, Raul Aragão. **Criança e adolescentes em situação de rua: definições, evolução e políticas de atendimento**. UNESP, 2008.

MALTA, Debora C.; PORTO, Denise Lopes; MELO, Flavia Carvalho; MONTEIRO, Rosane Aparecida; SARDINHA, LUCIANA M V.; LESSA, Bernardo H. Família e proteção ao uso de tabaco, álcool e drogas em adolescentes, pesquisa nacional de saúde dos escolares. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n.1, p. 166-77. 2011.

MATTIOLI, Daniele Ditzel; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Direitos humanos de crianças e adolescentes: o percurso da luta pela proteção. **Imagens da Educação**, v. 3, n. 2, p. 14-26. 2013.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para população em Situação de Rua – Centro Pop**, v. 3, Gráfica e Editora Brasil LTDA. Brasília, 2011.

MENDES, Danilo C.; BORGES, Elis Roberta S.; OLIVEIRA; Dimas Arcanjo; CARDOSO, Fernanda C.; AMORIM, Ítala A. G., LEITE, Maísa T. S.; **O perfil dos adolescentes usuários e não usuários de drogas em uma escola pública no município de Montes Claros, MG**, 2012.

MORAIS, Normanda A. **Um estudo sobre a saúde de adolescentes em situação de rua: o ponto de vista dos adolescentes, profissionais de saúde e educadores**. Dissertação de Mestrado. UFRS, Porto Alegre, 2005.

MORAIS, Normanda Araujo; SILVA, Lucas Neiva; KOLLER, Silva Helena. **Crianças e adolescentes em situação de rua**. 1ªed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MOURA, Youne Gonçalves; SILVA, Eroy Aparecida; NOTO, Ana Regina. Redes sociais no contexto de uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua. **Psicologia em Pesquisa**, UFJF, v. 3, n. 01, p. 31-46, jan.-jun. 2009.

MUUSS, Rolf. **Teorias da Adolescência**. Tradução Instituto Wagner de Idiomas. 5a. edição. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio. **Metodologia da pesquisa**: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 3a. edição. Florianópolis: Visual Book, 2008.

OLIVEIRA, Iris Maria; MEDEIROS, Antônia Agripina Alves; MOREIRA; ÁVILA, Maria Regina de. **Direitos da criança e do adolescente**. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicologia & Sociedade**, Associação Brasileira de Psicologia Social, Minas Gerais, v. 20, n. 1, p. 42-52, jan.-abr. 2008,

PALUDO, Simone dos Santos. **A expressão das emoções morais de criança em situação de rua**. Dissertação de Mestrado. UFRS, Porto Alegre, 2002.

PRATTA, Elisângela M. Machado; SANTOS, Manoel Antônio. Uso de drogas na família e avaliação do relacionamento com os pais segundo adolescentes do ensino médio. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 32-41, jan.-mar. 2007.

PRATES, Santana Juliana; MESQUITA, Doninelli Thaís; VALIENTE, Frosi Raquel; KOLLER, Sílvia Helena. Os Adolescentes em Situação de Rua e as Instituições de Atendimento: Utilizações e Reconhecimento de Objetivos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p.134-142, jan-abr. 2005.

META INSTITUTO DE PESQUISA DE OPINIÃO. **Primeira Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**, 2011.

POLEY, Martins Ferreira Frederico; PINTO, Nogueira Junior Reginaldo; LAZZAROTTI, Diniz Costa Bruno. Determinantes da escolarização de crianças e adolescentes em situação de rua no estado de Minas Gerais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 465-487, jul.-set. 2010.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2014. **Sustentar o Progresso Humano**: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. PNDU. Camões Instituto da Cooperação e da Língua. Portugal, 2014.

RIBEIRO, CIAMPONE M. H.T. Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. **Revista Escola de Enfermagem**. USP, v. 36, n.4, p. 309-316. 2002.

RIZZINI, Irene; CALDEIRA, Paula; RIBEIRO, Rosa; CARVANO, Luiz Marcelo. **Crianças e adolescentes com direitos violados**. 1ª edição, RJ, 2010.

SALZGEBER, Selma Braga. **Adolescentes em situação de rua: desafios e possibilidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 323-343, set. 2011/fev. 2012.

SANTANA, Juliana P. **Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos**. UFRS, Porto Alegre, 2003.

SANTANA, J. P.; DONINELLI, T. M; FROSI, R. V.; KOLLER, S. H. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n.2, p. 59-70, mai.-ago. 2004.

SANTANA, J. P.; DONINELLI, T. M; FROSI, R.V.; KOLLER, S. H. É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 165-174, mai.-ago. 2005.

SANTOS. Sonia R. **Políticas educacionais, educação inclusiva e direitos humanos**. Ed. Lex Humana, Petrópolis, v. 4, n. 2, p. 135-156. 2012.

SAPIENZA, Graziela; PEDRONÔMICO, Márcia Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.2, p. 209-216, mai-ago. 2005.

SERAFINO, Irene; Xavier Luz, Lila Cristina. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Revista Katálysis**, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan-jun. 2015.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria C. Souza. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.8, n.1, p. 299-306. 2003.

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria C. Souza. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. **Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n.3, p. 649- 659, mai.-jun. 2004.

_____, Miriam; MINAYO, Maria C. Souza. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n.3, p. 707-717. 2005.

SILVA, Elio Medeiros. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Matemática e estatística aplicada**, cap.1, p.20-21. São Paulo: Atlas, 1999.

SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA** Brasília/ DF, 2006.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL AGLIO, Débora Dalbosco. Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, Porto Alegre, v.17, n.3, p. 134-146. 2007.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.1, p. 71-80, jan-abr. 2006.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** – ABRAPEE, v. 12, n. 2, p. 441-449, jul-dez. 2008.

VIANNA, Vânia Aparecida et. al. Versão em português da family environment scale: aplicação e validação. **Revista Saúde Pública**, v.41, n.3, p.419-426. 2007.

Apêndices



APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO

Título do projeto: A trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua.

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de forma voluntária da pesquisa intitulada “A trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua”, que vem sendo realizada pela pesquisadora Swara Germiniana Virginio Barbosa, sob a orientação da Profa. Dra. Carmem Adélia Saad Costa, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus do Pantanal/UFMS, nível Mestrado.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte à responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Caso concorde em participar da pesquisa, favor assinar ao final do documento, ficando com uma cópia para si. Caso ocorra algum problema referente à pesquisa ou deseje obter maiores informações, entre em contato com a pesquisadora pelo telefone (67) 99694-7923.

A finalidade deste estudo consiste em levantar a trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua em instituições financiadas pelo Estado, que atendem as crianças e adolescentes em situação de rua. Serão entrevistados crianças e adolescentes que estão em situação de rua.

Poderão participar desse estudo as crianças e adolescentes em situação de rua que frequentam instituições que atendam a esse público, com o intuito de identificar como está ocorrendo o atendimento dessas crianças nas instituições.

Ao concordar em participar do estudo, o seu nome e identidade serão mantidos em sigilo e em hipótese alguma serão divulgados nos resultados da pesquisa. Para referência à sua fala, utilizaremos nome fictício, bem como quando nos referirmos à instituição escolar à qual pertence. Você será informado(a) periodicamente do surgimento de novas informações significativas sobre o assunto da pesquisa que modifiquem a sua vontade de continuar participando do estudo.

Encerrada a pesquisa, os resultados, que são de inteira responsabilidade da pesquisadora responsável e de sua orientadora, estarão disponíveis na biblioteca do Campus

do Pantanal da UFMS. Caso queira receber uma cópia em formato digital, favor indicar um endereço para o envio após a defesa pública da dissertação de mestrado.

Declaração de consentimento: Declaro que li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmo também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para retirar-me do estudo a qualquer momento, sem perda de benefícios e sem qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do(a) Participante (em letra de forma): _____

Assinatura do(a) Participante: _____ Data: __/__/__

Declaração da pesquisadora: Declaro que os dados pessoais coletados na pesquisa serão mantidos em sigilo e agradeço a colaboração.

Nome da Pesquisadora: Swara Germiniana Virginio Barbosa

Assinatura da Pesquisadora: _____ Data: __/__/__



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua tem como finalidade coletar informações para o estudo realizado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação do Campus do Pantanal/UFMS pela mestrandia Swara Germiniana Virginio Barbosa, sob a orientação da Profa. Dra. Carmem Adélia Saad Costa, intitulado: *A trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua*. A pesquisa tem como objetivo levantar a trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua. Dessa maneira, solicito autorização para entrar na instituição _____, onde a pesquisa será desenvolvida com a anuência da coordenação da instituição. Declaro, portanto, que tanto os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, quanto da instituição serão mantidos em sigilo.

Corumbá- MS, ____ de _____ de 2017.

Swara Germiniana Virginio Barbosa

AUTORIZAÇÃO

Declaro ter conhecimento dos objetivos da presente pesquisa e autorizo a entrada de Swara Germiniana Virginio Barbosa na instituição _____, para fins exclusivos da pesquisa de mestrado do PPGE/CPAN/UFMS, intitulada provisoriamente 'A trajetória escolar de crianças e adolescentes em situação de rua'.

Corumbá-MS _____ de _____ de 2017.

Nome: _____

Assinatura e Carimbo



Apêndice II

ENTREVISTA DE CARACTERIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

FINALIDADE: Dissertação de Mestrado

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A Trajetória Escolar de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.

PESQUISADORA: Swara Germiniana Virginio Barbosa/UFMS.

ORIENTADORA: Carmem Adélia Saad Costa/ UFMS.

APÊNDICE III

ENTREVISTA A SER REALIZADA COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM INSTITUIÇÕES QUE ATENDEM A ESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS.

PARTE I: DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Nome do entrevistado
2. Sexo
3. Idade declarada
4. Cor declarada
5. Estado civil
6. Naturalidade e nacionalidade
7. Renda familiar e cuidadores empregados ou desempregados (investigar)
8. Escolaridade
9. Trabalha atualmente? Se sim, qual atividade?
10. Condições de moradia (Própria, alugada, cedida, rua)
11. Possui água encanada?
12. Quantas pessoas moram com você? (Aglomeração)

PARTE II- CARACTERÍSTICAS FAMILIARES

13. Relacionamento com os cuidadores
14. Escolaridade dos pais
15. Número de irmãos
16. Os membros da família expressam afeto uns aos outros
17. Existem conflitos entre os membros
18. Elogios dos cuidadores com você
19. Existem regras no ambiente familiar
20. Monitoramento de suas atividades acontece pelos seus cuidadores



PARTE III- DADOS ESCOLARES

21. Atualmente encontra-se estudando? Caso a resposta seja não, há quanto tempo deixou de estudar?
22. Sabe ler e escrever?
23. Qual ano e/ou série estuda e/ou último ano completo cursado.
24. Aconteceu repetência? Se sim, qual o motivo?
25. Aconteceu suspensão na escola? Se sim, qual a razão?
26. Evasão escolar (investigar).
27. Frequência escolar e qual o motivo das ausências.
28. Qual o desempenho escolar (conceitos: A, B, C).
29. Quantas vezes foi transferido?
30. Gosta de estudar? Sim e/ou não e por quê?
31. Quais os motivos de se manter estudando e/ou de ter saído da escola?
32. Qual é e/ou foi o relacionamento com os professores da escola? Gosta e/ou gostava deles?
33. Tem ou teve amigos na escola? Quantos?
34. No seu ponto de vista, qual é ou foi o seu comportamento na escola?

PARTE IV- PRÁTICAS RELIGIOSAS

35. Tem alguma religião? Frequenta? Qual? Citar.
36. Crença em Deus, se não qual o motivo?

PARTE V- EVENTOS ESTRESSANTES

37. Doença mental na família
38. Alcoolismo ou drogas na família?
39. Faz uso de álcool e/ou outras drogas? Quanto tempo e frequência.
40. Qual substância?
41. Ocorre violência na família?
42. Já sofreu algum tipo de violência e/ou qualquer tipo de abuso? (Citar algumas).

PARTE VI- SITUAÇÃO DE RUA E OU VULNERABILIDADE

43. Tem contato com os familiares? Se não, quanto tempo não tem contato.
44. Se não tem contato com os cuidadores qual o motivo do afastamento.
45. Onde mora, com quem e quanto tempo?
46. Você considera ter bons amigos?
47. Quais atividades realizadas na rua?

Data da entrevista: ____/____/____

Local: _____